



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Relatório

Revisão Local Voluntária
da Agenda 2030 para o
Desenvolvimento Sustentável em
Boane (Distrito e Município)



RLV2025
REVISÃO LOCAL VOLUNTÁRIA
BOANE

FICHA TÉCNICA

Título: Relatório de Revisão Local Voluntária da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em Boane (Distrito e Município)

Entidades envolvidas: Ministério da Planificação e Desenvolvimento – Direcção Nacional de Planificação; Governo do Distrito de Boane; Conselho Municipal da Vila de Boane – CMVB; Conselho Municipal da Vila de Matola-Rio – CMVMR.

Coordenação: UNDESA/ECA

Maputo, 2025

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	1
PREFÁCIO.....	2
AGRADECIMENTOS	3
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES.....	5
CAPÍTULO 2: CONTEXTO.....	6
CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	9
FASES E ETAPAS DA PRODUÇÃO DO RELATÓRIO DE RLV	9
LIMITAÇÕES OBSERVADAS	12
CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS	14
CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES.....	36
ANEXOS	38

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Potencialidades naturais e económicas do território local de Boane	8
Tabela 2: Quadro de indicadores do ODS 1.....	15
Tabela 3: Quadro de indicadores do ODS 2.....	18
Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 3.....	22
Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 4.....	24
Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 5.....	27
Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 6.....	30
Tabela 8: Quadro de indicadores do ODS 11	33

LISTA DE ABREVIATURAS

APEs	Agentes Polivalentes Elementares
CFMP	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CMVB	Conselho Municipal da Vila de Boane
CMVMR	Conselho Municipal da Vila de Matola-Rio
DSDG	Divisão para os ODS
ECA	Comissão Económica África
ETLs	Equipas Técnicas Locais
ENDE	Estratégia Nacional de Desenvolvimento
GFD	Grupos Focais de Discussão
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
INAS	Instituto Nacional de Acção Social
INE	Instituto Nacional de Estatística
MPD	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
NEE	Necessidades Educativas Especiais
NDNT	Não Deixar Ninguém para Trás
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OSC	Organização da Sociedade Civil
PcDs	Pessoas com Deficiência
PEDSA	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário
PESOD	Plano Económico e Social e Orçamento do Distrito
PESOE	Plano Económico e Social e Orçamento do Estado
PFLs	Pontos Focais Locais
PFPs	Pontos Focais Provinciais
PIB	Produto Interno Bruto
PQG	Programa Quinquenal do Governo
POA	Plano e Orçamento Autárquico
QNI	Quadro Nacional de Indicadores
RCO	Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas
RLV	Revisão Local Voluntária
RNV	Revisão Nacional Voluntária
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDEJT	Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia
SDSMAS	Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas
SIDA	Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
TARV	Tratamento Antirretroviral
TB	Tuberculose
UNDESA	Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas
UN-Habitat	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

PREFÁCIO

Este documento faz parte do projecto de Localização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) implementado pela Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), com o apoio do Gabinete do Coordenador Residente das Nações Unidas (RCO), em parceria com o Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), a Província de Maputo, o Distrito e o Município de Boane e o Município de Matola Rio.

A RLV do território local de Boane (Distrito e Município) marca um momento significativo na consolidação dos esforços locais para a materialização da Agenda 2030. Este relatório apresenta o estado de implementação dos ODS prioritários para o distrito – ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 – reflectindo o compromisso das instituições locais em fortalecer a governação, orientar a planificação baseada em evidências e reforçar a participação dos cidadãos. O documento compila a experiência do território local de Boane na implementação da Agenda 2030, fornecendo uma avaliação realista dos progressos, desafios e oportunidades na implementação dos ODS, alinhada com a metodologia da UNDESA e Comissão Económica África (ECA), com a orientação dos Consultores que apoiaram o processo.

A elaboração desta RLV resulta de um processo colaborativo envolvendo instituições governamentais a nível distrital e provincial, serviços técnicos, organizações da sociedade civil, parceiros de desenvolvimento, sector privado, academia e diversos grupos vulneráveis. Este processo é fundamental para garantir que os ODS sejam efectivamente integrados nas políticas e acções locais e reafirma o compromisso do território local de Boane em “não deixar ninguém para trás” e em promover um caminho de desenvolvimento inclusivo, resiliente e sustentável.

Os dados e análises aqui apresentados constituem uma referência essencial para o diálogo político, a tomada de decisões informadas e a definição de prioridades estratégicas nos próximos ciclos de planificação local. A selecção dos ODS prioritários considerou as competências administrativas dos governos locais e as suas áreas de actuação, permitindo estruturar quadros de indicadores alinhados às metas nacionais. A definição final dos indicadores resultou da combinação entre estas responsabilidades institucionais e um conjunto de referências técnicas, incluindo estatísticas oficiais do Instituto Nacional de Estatística (INE), projecções demográficas, sistemas sectoriais de informação e políticas nacionais.

A metodologia da RLV orientou a adaptação das metas globais à realidade socioeconómica e institucional local, contribuindo para a sua integração nos instrumentos de planificação e orçamentação. O princípio da participação inclusiva norteou todo o processo, assegurando o envolvimento activo de diversos actores, tais como as entidades governamentais, sociedade civil, academia, sector privado e actores comunitários. Workshops locais funcionaram como espaços de diálogo, aprendizagem e concertação, fortalecendo capacidades de planificação, monitoria e avaliação. Estes encontros foram amplamente reconhecidos pelos participantes como um dos principais valores acrescentados do processo, ao promoverem escuta activa, alinhamento de perspectivas e coordenação entre diferentes níveis da governação.

Assim, para além de constituir um instrumento de análise, a RLV configura também um exercício prático de governação participativa e integração territorial, traduzindo um compromisso colectivo com a implementação da Agenda 2030. As suas conclusões alimentarão igualmente os mecanismos provinciais e nacionais de monitoria dos ODS, incluindo a Revisão Nacional Voluntária (RNV) actualmente em curso.

AGRADECIMENTOS

A preparação desta RLV não teria sido possível sem a colaboração activa de múltiplas instituições e actores locais. A equipa de trabalho para a elaboração do relatório expressa o seu profundo agradecimento: ao Governo do Distrito de Boane, ao Conselho Municipal da Vila de Boane (CMVG) e ao Conselho Municipal da Vila de Matola-Rio (CMVMR); À Equipa Técnica responsável pela coordenação da RLV, pelo trabalho de sistematização e análise. À sociedade civil, organizações comunitárias e representantes de mulheres, jovens e pessoas com deficiência e idosos, pelas contribuições durante consultas locais; aos parceiros de desenvolvimento que ofereceram apoio metodológico e técnico, incluindo as orientações constantes no documento de referência da UNDESA.

Este relatório é fruto de um esforço colectivo e reflecte a visão conjunta de um território local de Boane mais inclusivo, próspero e sustentável.

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada por todos os Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece 17 Objectivos concebidos para erradicar a pobreza, reduzir desigualdades, promover prosperidade partilhada, proteger o ambiente e reforçar a paz, a justiça e instituições eficazes. Embora global, esta Agenda só se materializa plenamente quando traduzida para as realidades dos vários territórios subnacionais, pois é ao nível local que os serviços públicos são prestados, que as desigualdades se manifestam e que as populações experienciam, no quotidiano, os avanços e desafios do desenvolvimento. Assim, a localização dos ODS constitui um elemento central para assegurar que ninguém é deixado para trás, reforçando a necessidade de integrar metas, indicadores e princípios da Agenda 2030 nos processos de planificação municipal e distrital.

Neste quadro, a Revisão Local Voluntária (RLV) emerge como um instrumento estratégico para monitorar a implementação dos ODS ao nível territorial. A RLV permite avaliar progressos, identificar lacunas na produção estatística, mapear desafios institucionais e operacionais, fortalecer a coordenação entre sectores e promover uma cultura de planificação baseada em evidências. Para além disso, oferece um mecanismo de participação inclusiva, mobilizando instituições governamentais, organizações da sociedade civil, sector privado e comunidades para uma reflexão conjunta sobre prioridades e soluções na base de informação objectiva e actualizada.

O território local de Boane foi seleccionado para este exercício de RLV devido ao seu papel estratégico na província, à sua relevância socioeconómica, às dinâmicas demográficas em transformação e ao compromisso demonstrado na implementação dos instrumentos de planificação local, tais como o Plano Económico Social e Orçamento do Distrito (PESOD) e o Plano e Orçamento Autárquico (POA). A sua posição geográfica, a crescente pressão sobre os serviços sociais, a centralidade da agricultura familiar e as vulnerabilidades ambientais conferem ao território uma importância particular no contexto do desenvolvimento provincial e nacional. A RLV de Boane representa, assim, uma oportunidade para consolidar diagnósticos e reforçar a capacidade de monitoria e reporte ao nível local.

O presente relatório baseia-se em fontes oficiais (balanços dos instrumentos de planificação local, estatísticas do INE e relatórios/balanços sectoriais) e contributos qualitativos recolhidos em consultas, workshops, entrevistas e grupos focais com actores governamentais, lideranças comunitárias, jovens, mulheres e representantes de grupos vulneráveis. Foram priorizados os ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11, por reflectirem áreas directamente ligadas ao bem-estar da população e à provisão de serviços essenciais: redução da pobreza (ODS 1), segurança alimentar e agricultura (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3), educação inclusiva e de qualidade (ODS 4), igualdade de género (ODS 5), acesso à água e saneamento (ODS 6), e urbanização inclusiva e resiliente (ODS 11). Estes ODS espelham as competências administrativas do governo distrital e municipal e os desafios prioritários para o desenvolvimento.

O relatório está estruturado em cinco capítulos principais. O Capítulo 1 apresenta os antecedentes e enquadramento nacional e global das RLVs. O Capítulo 2 caracteriza o território de Boane, abordando aspectos geográficos, demográficos, económicos, sociais e institucionais que contextualizam a implementação dos ODS. O Capítulo 3 descreve a metodologia da RLV, incluindo processos de recolha, validação e análise de dados. O Capítulo 4 apresenta o diagnóstico detalhado dos ODS seleccionados, analisando tendências, desafios, oportunidades e indicadores disponíveis. O Capítulo 5 sintetiza as principais conclusões e formula recomendações orientadas para a aceleração local dos ODS.

CAPÍTULO 1: ANTECEDENTES

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adoptada pelos Estados-membros das Nações Unidas em 2015, estabelece um quadro global orientado para a erradicação da pobreza, a protecção do planeta e a promoção da prosperidade e da paz. O seu carácter universal exige não apenas compromissos a nível nacional, mas também a mobilização activa dos governos subnacionais, responsáveis pela implementação directa de grande parte das políticas públicas que afectam o bem-estar das populações. A concretização das metas globais depende, assim, da capacidade de integrar os ODS nos instrumentos de planificação, orçamentação e monitoria ao nível territorial — processo conhecido como localização dos ODS.

Em Moçambique, o Governo tem vindo a consolidar este compromisso através da incorporação sistemática dos ODS no Sistema Nacional de Planificação. Documentos estratégicos como a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE), o Programa Quinquenal do Governo (PQG), o Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), o Plano Económico e Social e Orçamento do Estado (PESOE) e os instrumentos de planificação locais reflectem esta harmonização. Estes enquadramentos articulam-se, por sua vez, com outras agendas internacionais, como a Agenda 2063 da União Africana, consolidando uma visão coerente de desenvolvimento sustentável para o país.

A Reforma de Descentralização recente reforça ainda mais a centralidade dos governos locais — provinciais, distritais e autárquicos — na implementação dos ODS, ao transferir competências, recursos e responsabilidades que ampliam o seu papel na prestação de serviços públicos e na gestão do desenvolvimento territorial. A Revisão Nacional Voluntária (RNV) de 2020 já havia sublinhado a necessidade de fortalecer estas capacidades e melhorar os mecanismos de monitoria ao nível local. Neste contexto, as RLVs surgem como instrumentos estratégicos para avaliar, de forma participativa e contextualizada, os progressos e desafios na implementação dos ODS ao nível dos territórios.

As RLVs permitem fortalecer a monitoria, melhorar a disponibilidade de dados, promover transparência e assegurar alinhamento entre os níveis local e nacional. Globalmente, mais de 200 governos locais de todos os continentes já realizaram exercícios deste tipo, demonstrando o seu valor como mecanismos de aprendizagem institucional e de aceleração dos ODS. Em Moçambique, o processo de ensaio metodológico das RLVs foi iniciado em 2024, numa parceria entre o MPD, a Divisão para os ODS do Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA/DSDG), o UN-Habitat e o PNUD. Para este projecto piloto foram seleccionados seis territórios locais, incluindo Boane, com base em representatividade regional, sinergias com iniciativas de apoio ao desenvolvimento local e manifestação formal de interesse das lideranças distritais e municipais.

As RLVs pretendem ser instrumentos estruturados de monitoria, capazes de produzir diagnósticos localizados, reforçar sistemas de dados e propor estratégias de aceleração dos ODS, constituindo assim plataformas de aprendizagem institucional. Para o presente exercício foram seleccionados sete ODS prioritários — ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11 — alinhados com desafios e prioridades identificados nos instrumentos de planificação local. Estes objectivos reflectem problemáticas críticas para o desenvolvimento territorial: pobreza multidimensional, insegurança alimentar, pressão sobre serviços básicos, desigualdades de género, expansão urbana desordenada e fragilidades estruturais nos sistemas de água e saneamento.

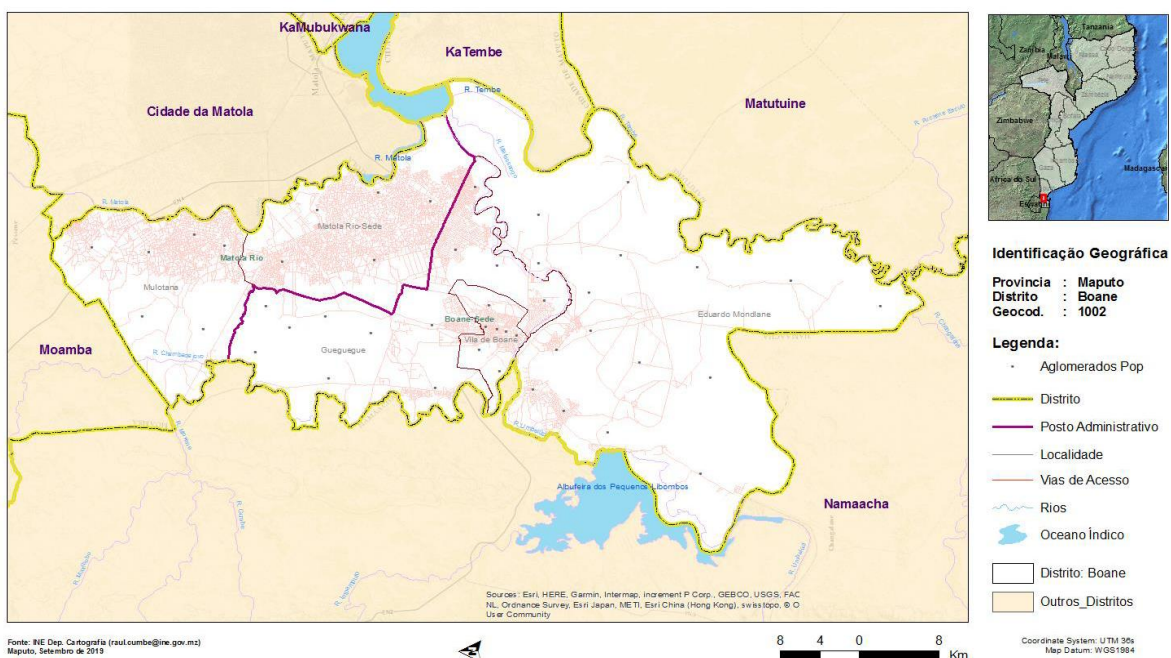
CAPÍTULO 2: CONTEXTO

O território local de Boane localiza-se no extremo Sul da Província de Maputo, sendo limitado a Norte pelo Distrito de Moamba, a Sul e Este pelo Distrito da Namaacha, e a Oeste pela Cidade da Matola e pelo Distrito de Matutuine. Dista cerca de 22 km da Cidade da Matola e 30 km da Cidade Capital do País (Maputo), ao longo da margem esquerda do rio Umbeluzi, numa zona de transição entre a planície costeira e as áreas de serra adjacentes. Boane goza de uma posição geográfica estratégica na Província, pois, é atravessado pela EN2 que faculta a comunicação viária com as cidades da Matola e Maputo e a linha férrea que liga Moçambique ao Reino de Eswatini e à República da África do Sul, servindo de um corredor de pessoas e bens.

A população de Boane é estimada em 293 534 habitantes, de acordo com as projecções do INE para 2025, destes, 149 548 mulheres, com um peso de 51% e uma densidade populacional de 345 habitantes/km². Este território tem uma base demográfica e territorial marcada por forte dinamismo populacional e por uma economia diversificada que combina agricultura familiar, pequenas unidades industriais, comércio local e actividades de serviços, reflexo da proximidade com a capital e dos investimentos em infraestruturas regionais.

A extensão territorial é de 820 km², onde cerca de 50% é potencial para agricultura, que é predominantemente a de sequeiro. A riqueza dos solos é favorável à produção de cereais, tubérculos, leguminosas, hortícolas e fruteiras, com destaque para as seguintes culturas de grande valor comercial: tomate, repolho, batata reno, banana e citrinos. A população tem também como principais actividades, a indústria, o comércio e a hotelaria turística. Acolhe um dos maiores Parques Industriais do País, o PI Beluluane, que contribui para a sustentabilidade da económica local e do desenvolvimento acelerado, principalmente da Matola-Rio.

Quanto a divisão administrativa, compreende 02 Postos Administrativos (PA Boane-Sede com 147 733 habitantes e PA Matola-Rio com 145.801 habitantes) e 04 Localidades (Gueguegue, Ed. Mondlane, Matola-Rio e Mulotana), conta ainda com 02 Municípios, que são: Municípios da Vila de Boane e da Matola-Rio.



O Município da Vila de Boane, localiza-se a sul do Distrito, criado pela Lei 11/2013 de 3 de Junho, tem uma extensão territorial de 579 km², com uma população estimada em 147 733 habitantes, segundo as projecções do INE para o ano de 2025. Este Município é constituído por 33 bairros distribuídos em 02 Localidades Municipais, sendo: (i) Localidade Municipal de Gueguegue e (ii) Localidade Municipal Eduardo Mondlane. Enquanto a Vila Autárquica da Matola-Rio, está situada a norte do Distrito de Boane, municipalizado em 2023, possui uma extensão territorial de 106.1 km² e uma população de 109 677 habitantes, dos quais 50,7% são Mulheres (Projeções INE 2025), sendo constituído por 17 bairros municipais, é onde encontramos o segundo maior Parque Industrial do País e que abriga igualmente a maior indústria de processamento de alumínio, a multinacional Mozal.

O contexto socioeconómico do distrito é caracterizado por exposição e vulnerabilidade a fenómenos naturais extremos, nomeadamente secos, cheias/inundações e ciclones, que têm impacto directo sobre a vida das pessoas, as infraestruturas e o tecido produtivo. A sua localização no vale do rio Umbeluzi e a ocupação de áreas baixas tornam determinadas comunidades particularmente expostas ao risco de inundações, sobretudo durante anos hidrológicos atípicos resultantes das mudanças climáticas.

A época chuvosa de 2025-26, marcada por precipitações intensas em grande parte do sul de Moçambique, gerou uma das piores séries de cheias dos últimos anos, com rios transbordados e acumulação de água em grandes áreas habitadas. Em Boane, a situação foi agravada pela elevação do nível das descargas do reservatório de Pequenos Libombos, o que levou a inundações de bairros, corte de estradas, isolamento do município e deslocação forçada de famílias (Club of Mozambique, 2026). Informações recentes indicam que mais de 2 257 pessoas foram resgatadas só no distrito de Boane, com milhares de desalojados em toda a província de Maputo, abrindo centros de abrigo em diversas localidades (RM, 2026).

Estes eventos climáticos extremos repetem padrões observados em anos anteriores, como as grandes cheias de fevereiro de 2023, quando Boane foi um dos distritos mais afectados por inundações que destruíram hectares de terras agrícolas, cortaram a circulação rodoviária e deixaram milhares de famílias isoladas, com danos materiais significativos e impactos na segurança alimentar e no abastecimento de água e serviços básicos. O impacto destas cheias inclui a destruição de pontes e estradas, afectando a mobilidade e dificultando o escoamento de produção e o acesso a mercados e serviços essenciais (Cea, Álvarez, & Puertas, 2024).

Em resposta aos riscos climáticos e à recorrência de cheias, o município de Boane tem implementado medidas de redução de riscos e adaptação, incluindo programas de reassentamento de famílias que vivem em áreas de risco hídrico, com milhares de famílias transferidas para bairros mais seguros. Contudo, muitos reassentados ainda enfrentam dificuldades de acesso a emprego e serviços, reflectindo a necessidade de integração das estratégias de gestão de riscos com a provisão de oportunidades económicas sustentáveis.

Outro desafio que afecta de forma directa o alcance dos ODS no Distrito de Boane é a exiguidade orçamental para a operacionalização de projectos estruturantes e realização de actividades previstas nos Plano do Governo do Distrito e dos Municípios, que concorrem para o reforço da capacidade institucional e prestação de serviços de forma eficiente e eficaz as populações.

Entretanto, apesar dos factores adversos, no geral, as acções do Governo do Distrito e dos Municípios, tem sido orientada para o desenvolvimento socioeconómico equilibrado e sustentável, tendo sido privilegiadas as áreas que concorrem para o incremento da produção e produtividade, prestação de

serviços essenciais à população. Tem sido privilegiado ainda a promoção das iniciativas locais geradoras de emprego e reforço da capacidade institucional para prover serviços públicos essenciais e de qualidade as populações. Outrossim, as potencialidades locais constituem igualmente elementos importantes para catapultar cada vez mais o desenvolvimento local, conforme

Tabela 1: Potencialidades naturais e económicas do território local de Boane

Terra	O distrito dispõe 43.200 ha de terras aráveis para a prática da agricultura e pastagem de gado bovino, caprino, ovinos, entre outras, criadas para consumo e comercialização. Do total da extensão agrária, 74,5% representa a área de produção sequeira e 11,6% , irrigável. Em termos de área trabalhada, esta representa 94% , do potencial existente (40.674ha).
Hídricas	É rico em recursos hídricos, sendo grande parte dos quais pertencentes as bacias hidrográficas dos rios Umbelúzi, Tembe e Matola. Destes o mais importante é o rio Umbelúzi que nasce na Swazilândia e após 70km de percurso desemboca no estuário de Espírito Santo onde igualmente têm a sua foz os rios Tembe e Matola. 01 bacia hidrográfica (Rio Umbelúzi) com potencial económico, favorecendo a prática da actividade agro-pecuária e pesqueira (sistemas de regadio), abastecimento de água potável e áreas de conservação
Minerais	Possui minas de areia (areeiros) e de pedras (pedreiras) exploradas particularmente para a construção civil tanto na Cidade de Maputo assim como, nos Distritos de Boane e Matola. Das principais ocorrências de minérios no distrito, podem-se destacar: Argilas para a indústria cerâmica abundantes em Boane; Diatomite : Mineral importante para fabrico de filtros e para as Indústrias de plásticos, tintas, papel, explosivos, abrasivos e cimento. Este mineiro pode ser encontrado no Estevel; Perlíte : Rocha vítrea de natureza riolítica para construção civil que pode ser encontrada nos Pequenos Libombos, com destaque no Monte Munguene; Riolito, Basalto e Seixos que podem ser encontradas na cadeia dos Montes Libombos (Massaca e Mahanhane);
Agro-pecuárias	Na produção agrícola, a riqueza dos solos é favorável à produção de cereais, Tuberculos, Leguminosas, Hortícolas e Fruteiras, com destaque para as seguintes culturas de grande valor comercial: tomate, repolho, batata reno, banana e citrinos (Mahanhane, Massaca, Umpala, 25 de Setembro, Ambrósio e Rádio Marconi). Aposta na criação de animais de pequena espécie (Frango) para o mercado interno e externo. Actualmente existe uma incubadora de pintos (Moz Pinto) e indústria de processamento do frango (Mozambique Farm).

Portanto, o contexto territorial e socioeconómico de Boane é marcado por um elevado potencial estratégico, resultante da sua localização privilegiada, da forte conectividade regional e da diversidade da sua base produtiva, que integra agricultura, indústria, comércio e serviços, com destaque para os grandes empreendimentos industriais instalados no território. Todavia, este potencial convive com vulnerabilidades estruturais significativas, associadas à elevada exposição a fenómenos climáticos extremos, em particular cheias e inundações recorrentes no vale do rio Umbeluzi, cujos impactos têm afectado negativamente o desenvolvimento. A exposição crescente à variabilidade climática impõe limitações ao desenvolvimento sustentável, exigindo uma abordagem territorializada e resiliente que articule mitigação dos riscos, protecção social e promoção de meios de subsistência adaptados às vulnerabilidades locais, em consonância com os ODS e a Agenda 2030.

CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

A metodologia adoptada para a elaboração do relatório da RLV foi estruturada em conformidade com as orientações globais das Nações Unidas e os instrumentos nacionais de planificação, incorporando princípios de rigor analítico, inclusão social, participação multisectorial e alinhamento com a Agenda 2030. O processo combinou gestão do conhecimento, recolha, análise de dados e participação, de modo a produzir um diagnóstico robusto e representativo das dinâmicas locais de implementação dos ODS.

A estratégia metodológica assentou na integração de três pilares complementares. O primeiro correspondeu à coordenação técnica e gestão do conhecimento, assegurada pelos consultores contratados pelo Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD) e pela UNDESA/ECA, responsáveis pelo enquadramento conceptual, harmonização de procedimentos e garantia da qualidade do processo. O segundo pilar correspondeu à recolha, organização e análise de dados, conduzida pelos Pontos Focais Locais (PFLs), Equipas Técnicas Locais (ETLs) e Pontos Focais Provinciais (PFPs), com apoio contínuo do consultor. O terceiro pilar assentou nos processos participativos locais — workshops multisectoriais, consultas temáticas e grupos focais comunitários — que permitiram integrar evidências qualitativas e assegurar que as percepções das partes interessadas fossem incorporadas no diagnóstico.

Fases e etapas da produção do relatório de RLV

A RLV foi estruturada em quatro fases interdependentes, combinando acções de gestão do conhecimento, apoio técnico, coordenação interinstitucional, recolha de evidências e processos participativos. Cada fase gerou resultados que fundamentava a seguinte, assegurando um ciclo contínuo de aprendizagem.

A fase de iniciação e planificação estratégica

A fase de iniciação e planificação estratégica marcou o arranque formal do processo de elaboração da RLV, estabelecendo os fundamentos institucionais, metodológicos e operacionais que orientaram todo o exercício de localização dos ODS. Um elemento central e inovador desta fase foi a criação de uma estrutura conjunta e unificada Distrito–Município, materializada através da articulação entre os serviços distritais e o Conselho Autárquico de Boane e Matola Rio. Esta abordagem permitiu superar a tradicional fragmentação institucional, promovendo uma leitura integrada do território e assegurando coerência entre as competências distritais e municipais na implementação da Agenda 2030.

Com base nas competências administrativas dos governos locais e nas áreas de actuação distrital e municipal, foram seleccionados os ODS mais relevantes para o território local. A partir dessas competências, e em alinhamento com as metas nacionais do Quadro Nacional de Indicadores (QNI) dos ODS em Moçambique, foram construídos quadros de indicadores estruturados com recurso a dados administrativos locais, estatísticas oficiais do INE, sistemas sectoriais de informação e políticas públicas em vigor. A definição dos indicadores finais resultou da triangulação entre estas referências técnicas e as prioridades identificadas pelas ETLs durante as consultas territoriais, garantindo que o diagnóstico reflectisse as especificidades socioeconómicas e institucionais do distrito.

Nesta fase foram igualmente realizadas acções de capacitação técnica, com os seguintes focos principais:

- Introdução à Agenda 2030 e aos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável;
- Uso de indicadores ODS e alinhamento com o Quadro Nacional de Indicadores;
- Metodologia a ser seguido no processo de localização dos ODS e produção do relatório de RLV;

- Integração dos ODS na planificação e monitoria local
- Abordagem de género, inclusão social e o princípio de “Não Deixar Ninguém para Trás” (NDNT).

Estas capacitações envolveram técnicos de diferentes sectores e níveis institucionais, reforçando capacidades locais para a recolha, análise e uso de dados, bem como para a apropriação do processo da RLV enquanto instrumento de governação local.

A fase de diagnóstico e recolha de dados

Esta fase teve como principal objectivo construir um retrato fiável, partilhado e contextualizado do estado de implementação da Agenda 2030 no território, combinando a revisão documental, capacitação técnica, workshops multisectoriais, consultas temáticas, grupos focais e organização da base de dados dos ODS.

O diagnóstico assentou, em primeiro lugar, numa revisão sistemática de fontes secundárias oficiais, com destaque para dados estatísticos e administrativos, nomeadamente:

- Instituto Nacional de Estatística (INE):
 - Estatísticas do Distrito de Boane 2020-2024 ;
 - Projecções demográficas e dados censitários;
 - Estatísticas sectoriais (educação, saúde, água e saneamento, agricultura);
- Fontes do Governo Local:
 - PESOD e POA e os respectivos balanços semestrais e anuais;
 - Relatórios dos Serviços Distritais (SDEJT, SDSMAS, SDAE, SDPI);
- Documentos programáticos e estratégicos:
 - Planos sectoriais distritais e municipais;
 - Relatórios de projectos e parceiros de desenvolvimento;
- Relatórios de Organizações da Sociedade Civil (OSC) com actuação nos sectores sociais, ambientais e económicos;
- Fichas técnicas dos ODS e indicadores do Quadro Nacional de Indicadores (QNI).

Esta revisão permitiu identificar lacunas de informação, inconsistências entre fontes e áreas onde os dados administrativos existentes eram insuficientes ou desactualizados. Sempre que os dados secundários se revelaram incompletos, foram utilizados mecanismos de recolha primária e validação participativa, incluindo:

- 02 workshops multisectoriais presenciais, realizados entre 06 a 08 de Outubro de 2025, a nível local para consultas temáticas sectoriais (educação, saúde, agricultura, género, água e saneamento, urbanização), envolvendo cerca de 35 participantes, entre os quais, técnicos dos serviços distritais e municipais, sociedade civil, sector privado, líderes comunitários e religiosos.
- 04 grupos focais com grupos vulneráveis, incluindo mulheres, jovens, mulheres, jovens, pessoas com deficiência (PcDs) e idosos.

Estes encontros funcionaram simultaneamente como espaços de diálogo, aprendizagem e construção de consensos, reforçando o princípio de NDNT e fomentando uma visão territorial comum sobre a implementação dos ODS, através do cruzamento de dados estatísticos com evidências do terreno e percepções dos actores locais.

A metodologia interactiva combinou exposições plenárias, trabalhos de grupo e sessões de validação colectiva organizadas segundo os dois pilares estruturantes das RLV — Pessoas e Planeta.



Além disso, os workshops desempenharam um papel formativo, fortalecendo a capacidade técnica local para a monitoria, planificação e reporte dos ODS nos instrumentos (balanços do PESOD e POA) distritais e autárquicos.



O processo de diagnóstico permitiu identificar aprendizagens relevantes, destacando-se a importância da coordenação intersectorial na implementação dos ODS, a necessidade de melhorar a qualidade e a

desagregação dos dados ao nível local, bem como o valor da participação comunitária na interpretação dos dados estatísticos. Evidenciou-se igualmente o papel da RLV como um instrumento estratégico de planificação, monitoria e prestação de contas, capaz de articular evidências técnicas com as realidades territoriais. Como resultado, os actores envolvidos assumiram compromissos claros, incluindo o interesse em institucionalizar a monitoria dos ODS ao nível distrital, a disponibilidade para reforçar a partilha de dados entre serviços e o reconhecimento da RLV como base para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e resilientes.

A fase de apoio técnico e redacção do relatório de RLV

A fase de redacção e apoio técnico integrou sessões locais de interpretação de dados, produção e revisão de drafts, pré-validação distrital e formulação de recomendações e planos de acção. A análise empírica baseou-se em três blocos principais de fontes de dados. O primeiro integrou informações administrativas produzidas pelos sectores distritais, incluindo planos, relatórios, balanços de actividades dos diferentes sectores alvos nos sete ODS seleccionados. O segundo bloco reuniu estatísticas oficiais, como o Folheto Estatístico Distrital do INE, projecções demográficas 2017–2050 e dados sectoriais complementares. O terceiro bloco agregou fontes externas, incluindo estratégias sectoriais, relatórios internacionais, estudos académicos e dados fornecidos pelas OSCs/OCBs e ONGs locais.

Por seu turno as notas dos encontros com os Grupos Focais de Discussão (GFD) envolvendo os diferentes grupos vulneráveis permitiram captar percepções qualitativas, experiências vividas e prioridades comunitárias, enriquecendo a análise estatística com evidências sociais e territoriais. Os contributos dos GFD foram integrados como dimensão qualitativa da RLV, reforçando a legitimidade social do diagnóstico

A garantia de qualidade foi assegurada pelo alinhamento rigoroso com a metodologia adoptada, uso sistemático de verificações cruzadas, participação activa dos sectores distritais, aplicação transversal da abordagem baseada em direitos humanos e adopção do princípio NDNT. A validação social, técnica e institucional fortaleceu a credibilidade da análise e garantiu que a RLV reflectisse as realidades e prioridades do território. Este processo seguiu igualmente o princípio “Um Território, Um Processo, Um Produto”, reafirmando o compromisso com uma implementação inclusiva, participativa e territorializada da Agenda 2030 em Moçambique.

Limitações observadas

As limitações metodológicas observadas ao longo do processo de elaboração da RLV estiveram associadas à inconsistência, heterogeneidade e cobertura diferenciada das fontes de informação disponíveis ao nível distrital e municipal. Em vários sectores, os registos administrativos apresentavam lacunas, discrepâncias ou variações inesperadas, agravadas pela ausência de desagregações por género, idade e localidade e por divergências metodológicas entre dados sectoriais e estatísticas oficiais do INE. Estas limitações reflectem igualmente constrangimentos infraestruturais persistentes, como a forte dependência de registos manuais e a inexistência de sistemas interoperáveis de informação.

Por um lado, os dados estatísticos produzidos pelo INE resultam maioritariamente de inquéritos por amostragem, com escopos temporais e amostrais específicos, desenhados para garantir representatividade estatística a níveis agregados (nacional, provincial e, em alguns casos, distrital). Embora metodologicamente rigorosos, estes inquéritos apresentam limitações inerentes ao seu carácter amostral,

à periodicidade de recolha e ao nível de desagregação disponível, o que condiciona a sua utilização para análises muito focadas ao nível local.

Por outro lado, os dados sectoriais de natureza administrativa são recolhidos de forma contínua pelos planificadores locais e pelos prestadores de serviços distritais e municipais, com base em protocolos, instrumentos e metodologias de monitoria e avaliação definidos pelos ministérios centrais. Estes dados reflectem a execução quotidiana das políticas públicas e dos serviços, mas enfrentam limitações significativas, nomeadamente variações na qualidade dos registos, forte dependência de sistemas manuais e ausência de interoperabilidade entre as diferentes bases de dados sectoriais. Adicionalmente, persistem lacunas relevantes na desagregação da informação por género, idade e localidade, o que compromete a análise aprofundada e a tomada de decisão baseada em evidências.

A estes desafios somou-se a complexidade inerente ao sistema dual de governação local, marcado pela coexistência e sobreposição territorial de Governos Distritais e Conselhos Municipais, bem como pela fragmentação institucional de competências, sobretudo na área da governação urbana. Esta configuração institucional dispersa dificultou a coordenação, atrasou o fluxo de informação e limitou a harmonização de dados entre as diferentes entidades, exigindo um esforço acrescido de articulação técnica e política para garantir a coerência do relatório.

Estas diferenças exigiram um tratamento analítico cauteloso, evitando comparações directas não ajustadas e privilegiando leituras complementares da realidade territorial. Assim, para mitigar estes constrangimentos, recorreu-se à triangulação sistemática de fontes, à análise comparativa entre diferentes bases de dados, à realização de consultas adicionais para clarificação de inconsistências e à inclusão de notas metodológicas descritivas nas fichas de cada indicador dos ODS, assegurando transparência e rigor interpretativo.

Por fim, importa salientar que, estas imitações não invalidam os resultados da RLV, mas sublinham a importância de investimentos estruturais em sistemas de informação integrados, harmonização metodológica e capacitação técnica local, como condições essenciais para o fortalecimento futuro da monitoria dos ODS ao nível territorial.

CAPÍTULO 4: RELATÓRIO SOBRE OS ODS



Neste capítulo é apresentado o diagnóstico de cada um dos sete ODS selecionados para a RLV.

ODS 1: Erradicar a Pobreza

O ODS 1 procura “acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares”, sendo um dos pilares da Agenda 2030. No contexto de Boane, este desafio assume uma dimensão complexa e multifacetada, particularmente pela combinação de vulnerabilidades sociais, económicas e ambientais que caracterizam o distrito.

A implementação deste ODS no território local de Boane envolve directamente o Governo Distrital, através do Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS) e do Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), bem como o Conselho Autárquico do Município de Boane e Matola Rio, no âmbito da acção social urbana, provisão de serviços básicos e ordenamento territorial. A nível nacional, o ODS 1 é operacionalizado por instrumentos estratégicos como o Plano Quinquenal do Governo (PQG), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044) e a Estratégia Nacional de Segurança Social Básica (2016–2024), sob coordenação do Instituto Nacional de Acção Social (INAS). No plano local, estas orientações são territorializadas através do Plano Económico e Social do Distrito de Boane (PESOD) e do Plano e Orçamento Autárquico (POA), que priorizam a dinamização da economia local, o apoio à agricultura familiar, a criação de oportunidades de rendimento e a assistência social.

Boane é um distrito predominantemente agrícola e semi-urbano, onde grande parte da população depende da agricultura familiar de sequeiro e de pequenas actividades informais de subsistência, intensamente exposta a choques climáticos e riscos naturais, como secas e, sobretudo, inundações recorrentes. A agricultura familiar, base de rendimento de muitos agregados, é altamente vulnerável a desastres, visto que a perda de colheitas afecta directamente a segurança alimentar e o rendimento.

As cheias severas registadas em 2023 e novamente em 2025–2026 tiveram impactos profundos sobre a sociedade local, provocando a destruição de habitações, infraestruturas e bens dos agregados familiares, o deslocamento de milhares de residentes e o resgate, só em 2023, de cerca de 15 000 pessoas, evidenciando a elevada magnitude dos seus efeitos socioeconómicos (Agência de Informação de Moçambique, 2023). Para além das perdas imediatas, as famílias reassentadas em zonas mais altas, como o bairro Filipe Samuel Magaia, reportaram estar a enfrentar sérias dificuldades de acesso a oportunidades de emprego, serviços sociais e meios de subsistência adequados, revelando fragilidades estruturais na capacidade de recuperação pós-desastre do tecido socioeconómico local (Club of Mozambique, 2024). As cheias mais recentes de 2026 agravaram ainda mais vulnerabilidades pré-existentes, sobretudo entre agregados pobres e em áreas rurais, onde a limitada capacidade de reposição de bens e rendimentos tende a perpetuar situações de pobreza intergeracional e a comprometer o alcance das metas de desenvolvimento sustentável.

A análise dos indicadores específicos do ODS 1 em Boane evidencia progressos relevantes no estabelecimento de mecanismos institucionais de protecção social e de resiliência a choques, mas revela também lacunas significativas na cobertura, no alcance efectivo das medidas e na disponibilidade de dados, que limitam a capacidade de avaliar e reduzir a pobreza de forma estruturada e sustentável. No âmbito da Meta 1.3 (protecção social), os dados indicam uma cobertura parcial dos grupos vulneráveis. Apesar de não se registar qualquer beneficiário de programas de cesta básica no período em análise (0%), o distrito contabiliza 6 006 agregados familiares e indivíduos registados pelos Programas de Protecção Social Básica, demonstrando a existência de um número significativo de pessoas vivendo na pobreza.

Tabela 2: Quadro de indicadores do ODS 1

Objectivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares			
Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 1.3 Implementar, ao nível nacional, medidas e sistemas de protecção social adequados, para todos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis			
1.3.1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas com a cesta básica	0%	Sec. Mulher e Acção Social	Não foram registados beneficiários de programas de distribuição de cesta básica no período em análise.
1.3.1_NM_3 Percentagem do orçamento destinado a protecção social	ND	-	Informação não disponível; inexistência de dados orçamentais desagregados que permitam apurar a percentagem alocada.
1.3.1_NM_4 Número de crianças em situação de pobreza recebendo pelo menos 3 serviços básicos	1043	Sec. Mulher e Acção Social	Crianças beneficiárias de pelo menos três serviços sociais básicos, incluindo assistência social, educação e/ou saúde.
1.3.1_NM_5 Número de crianças vivendo nos centros de acolhimento privados reunificadas nas famílias	0	Sec. Mulher e Acção Social	Não foram registados processos de reunificação familiar de crianças provenientes de centros de acolhimento privados.
1.3.1_NM_6 Número de crianças assistidas pelos Comitês Comunitários de Protecção à Criança (CCPC)	230	Sec. Mulher e Acção Social e BdPESOD-2024	Crianças acompanhadas através de mecanismos comunitários de protecção, com enfoque na prevenção de violência, negligência e exclusão social.
1.3.1_NM_7 Número de crianças com necessidades educativas especiais atendidas nos Centros Infantis privados e nas Escolinhas Comunitárias	16	Sec. Mulher e Acção Social	Atendimento prestado em centros infantis privados e escolinhas comunitárias, com apoio básico à inclusão educativa.
1.3.1_NM_8 Número de agregados familiares e indivíduos beneficiários dos Programas de Protecção Social Básica (PSSB, PASP, PASD, PAUS e PROSAS)	6006	Sec. Mulher e Acção Social e BdPESOD	Beneficiários abrangidos pelos programas de protecção social, incluindo agregados familiares e indivíduos em situação de vulnerabilidade.
1.3.1_NM_9 Número de centros de apoio ao idoso, infantários, centros de acolhimento à criança em situação difícil e centros de trânsito criados	11	Sec. Mulher e Acção Social e BdPESOD	07 Centros de acolhimento para crianças orfãs e vulneráveis e 04 para idosos
Meta 1.4 Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a serviços básicos, controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças			
1.4.MZ_1 Número de títulos de DUATs emitidos para singulares	ND	-	Dados não disponíveis ou não sistematizados pelas instituições competentes no período em análise.
1.4.MZ_1_NM_1 Número de DUATs emitidos e homologados	ND	-	Ausência de informação consolidada sobre a emissão e homologação de DUATs ao nível local.
1.4.MZ_1_NM_2 Número de Planos de Estrutura Urbana elaborados	2	CMVB	01 Plano do CMVB e 1 CMVMR
1.4.MZ_1_NM_3 Número de áreas comunitárias delimitadas e certificadas	ND	-	Não foram disponibilizados dados actualizados sobre processos de delimitação e certificação de áreas comunitárias.
Meta 1.5 Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres económicos, sociais e ambientais			
1.5.4 % de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030	100%	Governo do Distrito de Boane	O Governo Distrital dispõe de um Plano Local de Adaptação (PLA) aprovado em 2018 e elabora regularmente Planos de Contingência.
1.5.4_NM_1 Áreas em risco de desastres mapeadas	Bairros da Loc. Eduardo Mondlane, Gueguegue e Matola-Rio	INGD 2024 e PLA-2018	Inundações: PA Boane-Sede e Localidade da Matola-Rio; Ciclones e Vendavais: Localidade Eduardo Mondlane-PA Boane Sede.
1.5.4_NM_2 Número de infra-estruturas de gestão de resíduos sólidos construídas	2	CMVB e MR	Lixeira Matola-Rio e Boane-Sede
1.5.4_NM_3 Número de infraestruturas resilientes construídas (desagregação em casas, Escolas, Salas de aulas, Centros de saúde e outras)	103	BdPESOD	55 Casas em Gumbane, 03 Escolas, 42 salas de aula, 03 Centros Saúde,

Adicionalmente, 1 043 crianças em situação de pobreza beneficiaram de pelo menos três serviços sociais básicos, e 230 crianças foram acompanhadas pelos comités de protecção à criança, reforçando o papel

dos mecanismos comunitários na prevenção de violência, negligência e exclusão social. Contudo, o número reduzido de crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) atendidas (16) e a inexistência de registos de reunificação familiar de crianças provenientes de centros privados sugerem limitações na resposta especializada e na integração intersectorial. A cobertura destes programas continua ainda limitada face à dimensão das necessidades existentes, sendo agravada pela centralização dos programas de assistência social e pela fraca capacidade financeira dos governos locais para expandir e gerir directamente respostas de maior escala e monitorar a prioridade fiscal atribuída à redução da pobreza.

Relativamente à Meta 1.4 (acesso a recursos económicos e à terra), a análise revela fragilidades importantes na governação fundiária e no acesso a activos produtivos. Não existem dados sistematizados sobre a emissão e homologação de DUATs para singulares, nem sobre a delimitação e certificação de áreas comunitárias, o que limita a avaliação do acesso efectivo à terra, especialmente para os grupos pobres e vulneráveis. A elaboração de dois Planos de Estrutura Urbana (um no Conselho Municipal da Vila de Boane e outro na área municipal de Matola-Rio) constitui um avanço relevante para o ordenamento territorial, mas o seu impacto na inclusão económica dependerá da capacidade de operacionalização e de articulação com políticas de acesso à terra, habitação e serviços básicos.

No que respeita à Meta 1.5 (resiliência a choques e desastres), Boane dispõe de um Plano Local de Adaptação (PLA) aprovado e elabora regularmente Planos de Contingência, cumprindo integralmente (100%) o indicador relativo à adopção de estratégias locais de redução do risco de desastres alinhadas com o Marco de Sendai. As áreas de risco estão mapeadas, com destaque para zonas propensas a inundações (Boane-Sede e Matola-Rio) e a ciclones e vendavais (Localidade Eduardo Mondlane), o que demonstra capacidade de diagnóstico do risco. Registam-se ainda investimentos em infraestruturas resilientes, totalizando 103 intervenções, incluindo habitação, escolas, salas de aula e centros de saúde, bem como a construção de duas infraestruturas de gestão de resíduos sólidos, que contribuem indirectamente para a redução da vulnerabilidade ambiental e sanitária. Ainda assim, a recorrência de eventos extremos sugere que a resiliência dos agregados pobres continua frágil, exigindo maior integração entre protecção social, planeamento territorial e adaptação climática.

A nível local, registam-se ainda avanços pontuais na oferta de serviços comunitários, na assistência social e na resposta a emergências, refletindo o empenho dos Governos Municipais e Distrital, bem como dos parceiros de cooperação. Contudo, estes progressos permanecem insuficientes para assegurar a implementação integral das metas prioritárias do ODS 1, sobretudo devido à expansão ainda limitada das infraestruturas sociais e económicas, à escassez de recursos financeiros e à persistência de desigualdades no acesso a serviços básicos, terra segura e oportunidades económicas.

A análise sectorial evidencia que a concretização do ODS 1 em Boane depende fortemente da articulação entre os sectores da acção social, urbanização, infraestruturas, ambiente e desenvolvimento económico. Apesar do apoio de parceiros de cooperação que actuam na assistência social e na construção de infraestruturas sociais, a limitada capacidade financeira e institucional dos governos locais restringe a implementação de projectos estruturantes, nomeadamente em habitação resiliente, infraestruturas sociais, acesso à terra infraestruturada e dinamização económica local.

As consultas realizadas junto de mulheres, jovens, idosos e PcD reforçam esta leitura, ao evidenciarem que a pobreza continua a manifestar-se através da fraca assistência social, do desemprego juvenil, da escassez de oportunidades de geração de rendimento, das dificuldades de acesso a serviços básicos e da

vulnerabilidade acrescida dos idosos, em particular no que respeita ao acesso regular a subsídios e cuidados de saúde. Estas percepções confirmam que, apesar dos progressos registados, subsistem lacunas significativas que colocam em risco o princípio de “não deixar ninguém para trás”.

Desta forma, a análise do ODS 1 em Boane demonstra que, apesar dos avanços institucionais na protecção social, planificação territorial e gestão do risco de desastres, a pobreza permanece estrutural e fortemente condicionada pela dependência da agricultura familiar, pela informalidade económica, pela exposição recorrente a choques climáticos e pelas limitações de cobertura, alcance e integração das respostas sociais, agravadas por fragilidades na governação fundiária e na capacidade financeira local. Os impactos sucessivos das cheias, a insuficiente recuperação pós-desastre e as dificuldades de acesso a emprego, terra segura e serviços básicos, sobretudo entre mulheres, jovens, idosos e PcD, continuam a perpetuar vulnerabilidades e a comprometer o princípio de não deixar ninguém para trás. Torna-se, assim, fundamental reforçar de forma integrada a protecção social adaptativa, a resiliência climática e a inclusão económica local, articulando assistência social, ordenamento territorial, acesso à terra infraestruturada e promoção de meios de subsistência sustentáveis, com maior descentralização de recursos, melhoria dos sistemas de dados e fortalecimento da capacidade institucional dos governos locais.



ODS 2: Eradicar a Fome

O ODS 2 procura “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, e promover a agricultura sustentável”. No contexto de Boane, este ODS adquire particular relevância, face à forte dependência da agricultura familiar, à exposição a choques climáticos e às fragilidades estruturais do sector rural. A implementação deste ODS no território envolve principalmente o Serviço Distrital de Actividades Económicas (SDAE), em articulação com o SDSMAS, o CMVB, CMVMR e os produtores familiares organizados em associações agrícolas. Esta articulação ocorre no quadro das políticas nacionais de desenvolvimento agrário e de segurança alimentar e nutricional.

A nível nacional, o ODS 2 é operacionalizado através de instrumentos estruturantes como o Plano Quinquenal do Governo (PQG), a Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE 2025–2044), o Plano Estratégico de Desenvolvimento do Sector Agrário (PEDSA), bem como os programas de extensão rural, apoio à produção alimentar, distribuição de insumos e promoção de cadeias de valor agrícolas. No plano local, estas orientações são territorializadas por meio do PESOD e do POA, que reconhecem a agricultura familiar como eixo estruturante do combate à pobreza, da geração de rendimento e da promoção da segurança alimentar, com enfoque particular na produção de culturas alimentares básicas.

O território local de Boane dispõe de uma base agrária robusta, com 43.200 hectares de terras aráveis, maioritariamente destinadas à agricultura de sequeiro (74,5%), que representa cerca de três quartos da área produtiva. Apesar de existir potencial irrigável relevante (11,6%), este permanece subaproveitado, o que reforça a dependência da variabilidade climática e limita a estabilidade da produção ao longo do ano agrícola. A elevada taxa de área efectivamente trabalhada (94% do potencial, correspondente a 40.674ha de área trabalhada) demonstra uma forte pressão produtiva sobre os recursos disponíveis, reflectindo a centralidade da agricultura como meio de subsistência e actividade económica dominante.

A análise dos indicadores específicos deste ODS revela progressos pontuais na assistência produtiva e nutricional, coexistindo com fragilidades estruturais que limitam a sustentabilidade da produção agrícola e a resiliência dos pequenos produtores, sobretudo face aos choques climáticos recorrentes.

Tabela 3: Quadro de indicadores do ODS 2

Objectivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável			
Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 2.1 Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano.			
2.1.MZ_1 Prevalência de desnutrição crónica	1.6	Relatório SDSMAS	Dado proveniente dos serviços de saúde, baseado no acompanhamento nutricional de crianças menores de cinco anos nas unidades sanitárias.
2.1.MZ_1_NM_1 Número de pessoas beneficiadas pelas palestras sobre educação nutricional usando produtos locais	2649	Relatórios de SDSMAS e SDAE, BdPESO-2025	Palestras realizadas nas comunidades e Unidades Sanitárias.
Meta 2.3 Até 2030, duplicar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de geração de renda e de emprego não agrícola.			
2.3.MZ_2_NM_2 Número de produtores beneficiados de sementes melhoradas	250	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Produtores das associações de Manguiza, Mahanhane, PSK, 25 de Setembro, Baixo Umbeluzi, Massaca, Rádio Marconi, Djuba, Mavoco, Djonasse e Mulotana.
2.3.MZ_2_NM_3 Número de produtores assistidos em actividades de produção pecuária	350	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Assistidos criadores de gado bovino, caprino, suíno, ovino e avicultores (criação de frangos de corte e produção de ovos)
2.3.MZ_2_NM_4 Número de produtores assistidos em actividades de produção agrícola	5 300	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Assistidos produtores dispersos, privados, grupos e associações de produtores em todo o distrito.
2.3.MZ_2_NM_5 Kilogramas de sementes melhoradas disponibilizadas aos produtores	4 500	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Disponibilizadas com o apoio de PROCAVA, INFNA-Maputo e INGD: sementes de feijão vulgar, hortícolas diversas e milho.
2.3.MZ_2_NM_6 Percentagem de Agricultores que praticam técnicas de Agricultura de Conservação	0	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Não foram registadas práticas sistematizadas de agricultura de conservação entre os produtores acompanhados no período de referência.
2.3.MZ_2_NM_7 Número de Agricultores com acesso aos equipamentos agrícolas e suplementos	3.482 (65,7%)	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Produtores de Manguiza, 25 de Setembro, PSK, Ambrósio, Rádio Marconi, Massaca e Mahanhane
2.3.MZ_2_NM_8 Taxa de cobertura dos serviços de veterinária	1	Relatório SDAE, BdPESO-2025	O distrito dispõe de cobertura mínima dos serviços veterinários, assegurada por extensionistas pecuários afectos ao SDAE.
2.3.MZ_2_NM_9 Número de auto-empregos criados em actividades de produção agrícola e pecuária	0	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Não foram reportados registos formais de criação de auto-empregos associados às actividades agrícolas e pecuárias durante o período em análise.
2.3.MZ_2_NM_11 Número de infra-estruturas de comercialização agrícola construídas e reabilitadas	1	CMVB	Campoane Aldeia, Gueguegue
Meta 2.a Aumentar o investimento, inclusive por via do reforço da cooperação internacional, em infraestruturas rurais, pesquisa e extensão de serviços agrícolas, desenvolvimento de tecnologia, e os bancos de genes de plantas e animais, para aumentar a capacidade de produção agrícola nos países em desenvolvimento, em particular nos países menos desenvolvidos			
2.a.MZ_1_NP_1 Número de Extensionistas Agrícolas admitidos	24	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Extensionistas distribuídos em todas as localidades
2.a.MZ_1_NP_2 Número de Extensionistas Pecuários admitidos	5	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Extensionistas pecuários afectos ao distrito, responsáveis pelo apoio técnico aos criadores nas diferentes localidades.
2.a.MZ_1_NP_3 Área irrigada infra-estruturada (ha)	2.040	Relatório SDAE, BdPESO-2025	O Distrito possui uma área de 5.100ha irrigáveis
2.a.MZ_1_NP_6 Hectares de regadios construídos	269	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Estando operacional 100ha (PSK, Manguiza e 25 de Setembro) e Não operacional 169ha (Regadio da Massaca e Mahanhane), neste momento pratica-se agricultura de sequeiro.
2.a.MZ_1_NP_7 Hectares de regadios reabilitados	7,3	Relatório SDAE, BdPESO-2025	Regadio da Massaca (142ha), Loc. Ed. Mondlane

A prevalência de desnutrição crónica registada (1,6) indica uma situação relativamente controlada do ponto de vista clínico, baseada no acompanhamento nutricional realizado pelas unidades sanitárias. No entanto, este valor reflecte apenas a população que acede regularmente aos serviços de saúde, podendo subestimar situações de insegurança alimentar não detectadas, sobretudo em zonas rurais mais afastadas. As acções de educação nutricional alcançaram 2 649 pessoas, evidenciando um esforço relevante na promoção de boas práticas alimentares com recurso a produtos locais. Ainda assim, a cobertura

permanece limitada face ao universo de agregados familiares vulneráveis, o que sugere a necessidade de ampliar intervenções preventivas e comunitárias que integrem produção, consumo e nutrição.

No âmbito da Meta 2.3, as cheias registadas em 2025-26 e em anos anteriores tiveram impactos severos sobre a agricultura da província de Maputo, incluindo o distrito de Boane. Recentemente, aproximadamente 10 000 hectares de várias culturas foram considerados completamente perdidos devido às inundações, afectando diretamente a produção agrícola familiar e a disponibilidade de alimentos na zona baixa do distrito, especialmente ao longo do vale do rio Umbeluzi (360 Mozambique, 2026). A perda de áreas agrícolas tem implicações profundas para a subsistência das famílias rurais, não só reduzindo a oferta de alimentos básicos, mas também diminuindo a capacidade de acumulação de reservas familiares entre campanhas agrícolas, um aspecto crítico num contexto de segurança alimentar já fragilizado.

No plano institucional, o Governo Municipal de Boane tem procurado dinamizar o sector agrícola com iniciativas que visam aumentar a produção e promover auto-suficiência alimentar. Uma dessas iniciativas é o mapeamento de áreas agrícolas subaproveitadas para serem convertidas em zonas de produção hortícola urbana e periurbana orientada para o mercado, com apoio de parceiros como a Agência de Cooperação Japonesa (JICA). Também se registam esforços governamentais e de parceiros para distribuir kits de insumos agrícolas (sementes, ferramentas e apoio técnico) às famílias afectadas, incluindo cerca de 12 000 kits distribuídos aos agricultores em Boane para apoiar a recuperação pós-inundações e melhorar o acesso a alimentos diversificados, como hortícolas e curtos ciclos de culturas (Fews Net, 2023).

Os indicadores desta meta revelam ainda um alcance significativo da assistência técnica agrícola, com 5 300 produtores apoiados em actividades de produção agrícola e 350 produtores assistidos na componente pecuária, abrangendo diferentes sistemas produtivos. A distribuição de 4,5 toneladas de sementes melhoradas e o apoio a 250 produtores constituem avanços importantes na melhoria dos factores de produção, embora a cobertura ainda seja limitada face ao número total de produtores familiares no distrito. Estas intervenções contribuem para ganhos incrementais de produtividade, reflectidos no aumento estimado de 2,2% da produção face ao ano anterior. Contudo, este crescimento permanece modesto quando comparado com a ambição de duplicação da produtividade e do rendimento dos pequenos produtores até 2030.

A adopção de práticas de agricultura de conservação, estimada em cerca de 25% dos agricultores, sinaliza avanços positivos na transição para sistemas produtivos mais sustentáveis. No entanto, a cobertura ainda é limitada, não sendo suficiente para garantir a resiliência generalizada dos sistemas agrícolas, sobretudo num contexto de crescente frequência de secas e cheias. Esta lacuna compromete a sustentabilidade da produção, a conservação dos solos e a estabilidade da produtividade a médio e longo prazo.

Adicionalmente, embora 65,7% dos agricultores tenham acesso a equipamentos e suplementos agrícolas, não foram registados auto-empregos formais associados às actividades agrárias e pecuárias, o que evidencia limitações na transformação da produção em rendimento estável e oportunidades económicas sustentáveis. A existência de apenas uma infraestrutura de comercialização agrícola construída ou reabilitada reforça os constrangimentos no acesso ao mercado, afectando a rentabilidade da produção.

No que concerne à Meta 2.a, registam-se esforços relevantes no reforço da extensão agrária, na capacitação de produtores e extensionistas e na implementação de campos de demonstração de

resultados. A parceria com organizações da sociedade civil e o sector privado tem permitido ampliar o acesso a insumos, equipamentos e conhecimento técnico. Todavia, persistem lacunas significativas em infraestruturas de irrigação, conservação, armazenamento e comercialização, que reduzem a eficiência das cadeias de valor agrícolas e limitam o escoamento da produção.

No domínio institucional, o distrito dispõe de 24 extensionistas agrícolas e 5 extensionistas pecuários, distribuídos pelas localidades, o que representa uma base técnica relevante para o apoio aos produtores. No entanto, considerando a dispersão territorial e o elevado número de agricultores familiares, a relação extensionista/produtor permanece desfavorável, limitando a frequência e profundidade da assistência técnica. Relativamente à irrigação, apesar do distrito possuir um potencial de 5 100 hectares irrigáveis, apenas 2 040 ha se encontram infraestruturados, dos quais uma parte significativa não está operacional.

Dos 269 ha de regadios construídos, apenas 100 ha estão actualmente funcionais, enquanto 169 ha permanecem inoperacionais, resultando na predominância da agricultura de sequeiro. A reabilitação de apenas 7,3 ha de regadios evidencia um ritmo insuficiente de recuperação das infraestruturas, condicionando a intensificação produtiva e a redução da vulnerabilidade climática. A disponibilidade de recursos hídricos, associada às bacias dos rios Umbelúzi, Tembe e Matola, constitui uma vantagem estratégica para o desenvolvimento da agricultura irrigada, pecuária e pescas. No entanto, a fraca operacionalização dos sistemas de regadio reduz o aproveitamento económico deste potencial, mantendo o sector vulnerável a choques climáticos extremos.

Estas constatações são igualmente confirmadas pelos GFDs realizados com os grupos vulneráveis. As mulheres agricultoras sublinharam que, apesar de a agricultura ser o principal meio de subsistência, os projectos chegam de forma selectiva e pouco sustentável, não garantindo melhorias duradouras na produção nem na renda. Os jovens, por sua vez, reconheceram o potencial agrícola do território (terra fértil e disponibilidade de água), mas denunciaram a falta de oportunidades concretas para o seu envolvimento produtivo, o que contribui para o desemprego, abandono da actividade agrícola e dependência alimentar. As PcD e os idosos revelaram uma vulnerabilidade acrescida, marcada pela dependência de terceiros para o acesso a alimentos, pela irregularidade dos apoios sociais e limitada inclusão dos grupos vulneráveis nas cadeias produtivas.

Portanto, apesar do elevado potencial agrário, da ampla base produtiva familiar e dos esforços institucionais em extensão rural, assistência técnica e apoio pós-cheias, a segurança alimentar e a agricultura sustentável permanecem fragilizadas pela forte dependência da agricultura de sequeiro, pelo subaproveitamento do potencial de irrigação, pela recorrência de choques climáticos, pela limitada cobertura das infraestruturas de produção e comercialização e pela fraca transformação da produção em rendimento estável em Boane. Os impactos das cheias recentes, a insuficiente resiliência dos sistemas produtivos e a baixa adopção generalizada de práticas sustentáveis comprometem a estabilidade da produção, a nutrição e o alcance das metas de duplicação da produtividade e do rendimento dos pequenos produtores. Torna-se, assim, prioritário reforçar de forma integrada a agricultura familiar resiliente, através da reabilitação e expansão dos regadios, da massificação da agricultura de conservação, do fortalecimento da extensão rural, da inclusão efectiva de jovens e grupos vulneráveis nas cadeias de valor e do investimento em infraestruturas de armazenamento, processamento e acesso ao mercado, de modo a reduzir a vulnerabilidade climática e assegurar a segurança alimentar sustentável no território.



ODS 3: Saúde de Qualidade

O ODS 3 visa “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades”. No distrito de Boane, este ODS representa uma prioridade central das políticas públicas locais, sendo implementado pelo Serviço Distrital de Saúde, Mulher e Acção Social (SDSMAS) em articulação com actores municipais, unidades sanitárias e parceiros de cooperação. A nível político e programático, o ODS 3 é operacionalizado através dos Planos Estratégicos do Sector da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde. No plano local, estas prioridades são incorporadas nos instrumentos de planificação distrital, com destaque para a expansão da rede sanitária, a melhoria das infraestruturas, o reforço da saúde materno-infantil e a ampliação do acesso aos cuidados primários.

Boane dispõe de uma rede de unidades sanitárias composta por 20 unidades de saúde públicas, complementada por clínicas privadas, serviços de Tratamento Antirretroviral (TARV) em todas as unidades e um aumento expressivo do número de profissionais de saúde (+35,4% face a 2024), evidenciando um esforço institucional para responder à crescente procura, impulsionada por um crescimento populacional anual estimado em cerca de 10%. Estes avanços reflectem-se na melhoria dos partos institucionais, no aumento da cobertura vacinal, no reforço das consultas pré-natais e pós-parto e na expansão das acções de rastreio, nomeadamente do cancro do colo do útero, que registou um crescimento significativo no número de mulheres rastreadas.

Os dados relativos às metas e indicadores do ODS 3 evidenciam avanços significativos no acesso e na cobertura de serviços de saúde no distrito, ao mesmo tempo que revelam desafios persistentes no controlo de doenças transmissíveis e na sustentabilidade dos serviços. No âmbito da Meta 3.3, observa-se um esforço consistente na resposta ao HIV/SIDA, com um número elevado de pessoas em tratamento antiretroviral, abrangendo 21.897 adultos e 899 crianças em TARV, o que demonstra a capacidade do sistema local em assegurar continuidade terapêutica. O reforço da formação de profissionais de saúde, com 96 técnicos capacitados em matérias de prevenção do HIV, indica um investimento relevante em recursos humanos e prevenção.

Contudo, o registo de 2 134 novas infecções por HIV e 560 casos de tuberculose, dos quais 348 correspondem a co-infecção TB/HIV, revela que a transmissão das doenças permanece activa, exigindo o fortalecimento das estratégias de prevenção combinada, rastreio precoce e adesão ao tratamento, sobretudo junto de populações mais vulneráveis. No que respeita à malária, apesar da incidência relativamente baixa (0,02 por 1.000 habitantes) e da ausência de óbitos registados, verificou-se um aumento de 6,3% no número de casos em 2024 face a 2023, totalizando 5.122 casos notificados. A distribuição de 11.065 redes mosquiteiras a famílias afectadas por inundações e a entrega de 4.711 redes a mulheres grávidas nas consultas pré-natais constituem medidas preventivas relevantes, mas os dados sugerem a necessidade de reforçar intervenções ambientais, vigilância epidemiológica e educação comunitária, sobretudo em contextos de eventos climáticos extremos que favorecem a proliferação de vectores.

O quadro de indicadores deste ODS, que se segue, ilustra melhor a situação do território local de Boane no alcance deste ODS.

Tabela 4: Quadro de indicadores do ODS 3

Objectivo 3. Assegurar umaa vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades			
Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 3.3 Até 2030, acabar com as epidemias de SIDA, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis			
3.3.1 Número de novas infecções de HIV por 1000 habitantes não infectados, por sexo, idade e população-chave	2134	Sec.Saúde	Dado reportado pelos serviços distritais de saúde, resultante da vigilância epidemiológica e dos registos de testagem e diagnóstico do HIV no período de referência.
3.3.1_NM_2 Número de Crianças em tratamento antiretroviral (TARV)	899	Sec.Saúde/Sisma	Sendo 899 pacientes Crianças que se encontram activos em TARV
3.3.1_NM_3 Número de Adultos em tratamento antiretroviral (TARV)	21 897	SISMA	Sendo 21897 pacientes adultos que se encontram em TARV
3.3.1_NM_4 Número de Profissionais de Saúde (PS) capacitados e formados em matérias de prevenção do HIV	96	Sec.Saúde e BdPESO-2024	o que corresponde a uma realização de +100%;-
3.3.1_NM_5 Número de pacientes diagnosticados com Tuberculose	560	Sec.Saúde e SISMA	Sendo 560 casos de TB registados
3.3.1_NM_6 Número de Pacientes coinfectados com TB/HIV em TARV	348	BdPESO-2024	Sendo 348 co-infectados com TB/HIV em TARV
3.3.3 Incidência de malária por 1.000 habitantes	0,02	BdPESO-2024	Por exemplo, em 2024 foram notificados 5450 casos de malaria em todo o distrito e em 2023, cerca de 4119
3.3.3_NM_1 Número de famílias beneficiadas com redes mosquiteiras	11065	BdPESO-2024	Famílias afectadas pelas inundações (bairros 25 de Setembro, B. 1 e 7, Gimo)
3.3.3_NM_2 Número de mulheres grávidas que recebem pelo menos uma rede mosquiteira nas consultas pré-natais	4 711	BdPESO-2024	Sendo 4711 mulheres que receberam redes mosquiteiras nas consultas pré-natais
3.3.3_NM_3 Número de pacientes diagnosticados com malária	5 122	BdPESO-2024	Sendo 5122 casos, sem óbitos, contra 4.819 casos de 2023, sem óbitos, o que representa um aumento de casos de malária em 6,3%-
3.3.3_NM_4 Número de óbitos por malária	0	BdPESO-2024	Sendo que nao houve registro de obtos durante o periodo em comparacao-
Meta 3.8 Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a protecção do risco financeiro, o acesso a serviços essenciais de saúde de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos			
3.8.1 Cobertura de serviços essenciais de saúde (definida como a cobertura média de serviços essenciais baseados em intervenções de rastreamento que incluem saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, doenças infecciosas, doenças não transmissíveis e capacidade de e acesso a serviços, entre a população geral e mais desfavorecida)	1	BdPESO-2024	O indicador reflecte a disponibilidade e utilização dos principais serviços essenciais de saúde no distrito, incluindo saúde materno-infantil, rastreios, vacinação, tratamento de doenças transmissíveis e acesso aos serviços básicos de saúde.
3.8.1_NP_1 Número de crianças menores de 5 anos completamente vacinadas	6 919	BdPESO-2024	Sendo 6919 foram crianças completamente vacinadas
3.8.1_NP_2 Número de mulheres de 25 a 54 anos rastreadas em cancro do colo uterino	7 353	BdPESO-2024	Dos casos de Cancro do Colo do Útero rastreados em 2024, 7353 destas 1.558 foram positivas (21,2%)
3.8.1_NP_3 Número de partos institucionais assistidos	4 711	BdPESO-2024	Sendo 4711 casos de partos institucionais no de 2024
3.8.1_NP_4 Número de crianças HIV+ que recebem TARV	899	SISMA	Em média anual são registados pelo menos 60 início de TARV pediátrico no distrito
3.8.1_NP_5 Número de adultos HIV+ que recebem TARV	21 897	SISMA	Sendo 21897 Adultos que recebemTARV
Meta 3.c Aumentar substancialmente o financiamento em saúde e o recrutamento, desenvolvimento, formação e retenção do pessoal de saúde nos países em desenvolvimento, especialmente nos países menos desenvolvidos			
3.c.1 Densidade e distribuição dos profissionais da saúde: a) Médicos; b) Enfermeira de SMI; c) Enfermeiros; d) Dentistas e; e) Técnicos Farmacéuticos	A) 05 médicos; B) 62 Emf.SMI; C) 40 Enf. Geral; D) 8 Dentistas; e E) 22	BdPESO-2024	O número apresentado corresponde ao total de profissionais de saúde existentes no distrito, distribuídos pelas unidades sanitárias públicas, incluindo médicos, enfermeiros, técnicos e pessoal de apoio clínico.
3.c.1_NP_1 Rácio Profissionais de Saúde/habitante	Rácio médico/habitante (58.707/56.676); 4% para	BdPESOD-1 Semestre 2025	Sendo esse Racio de profissionais de saude/habitantes

Relativamente à Meta 3.8 (Cobertura Universal de Saúde), o indicador global de cobertura de serviços essenciais (valor 1) reflecte progressos importantes na cobertura de serviços essenciais, incluindo saúde materno-infantil, vacinação, planeamento familiar, rastreios e serviços de saúde comunitária, apoiados pelo trabalho dos Agentes Polivalentes Elementares (APEs) e pelas clínicas móveis. Os números de 6 919 crianças completamente vacinadas, 4 711 partos institucionais assistidos e 7 353 mulheres rastreadas para o cancro do colo do útero indicam igualmente progressos importantes na saúde materno-infantil e na prevenção de doenças não transmissíveis.

Iniciativas como o projecto upSCALE, em colaboração com UNICEF, MISAU e parceiros internacionais, têm fortalecido o papel dos APEs na prestação de cuidados primários e na promoção de saúde nas comunidades rurais e periurbanas, incluindo prevenção e tratamento de malária, pneumonia, diarreia, educação sanitária, planeamento familiar e apoio a pacientes com HIV e TB. Estes agentes de saúde

comunitários actuam como a primeira linha de resposta em localidades remotas, assegurando maior cobertura de serviços e contribuindo para a vigilância epidemiológica de base populacional. Apesar destes avanços, a taxa de positividade elevada nos rastreios do cancro do colo do útero (21,2%) aponta para a necessidade de reforçar o acompanhamento clínico, o tratamento oportuno e as campanhas de sensibilização para o rastreio precoce.

No domínio da Meta 3.c, os dados sobre recursos humanos em saúde mostram a existência de um corpo técnico diversificado, incluindo 5 médicos, 62 enfermeiras de SMI, 40 enfermeiros gerais, 8 dentistas e 22 técnicos farmacêuticos. Ainda assim, o rácio profissionais de saúde/habitante revela limitações estruturais, sobretudo no que se refere à disponibilidade de médicos e enfermeiros face à dimensão da população, o que pode afectar a qualidade do atendimento, a redução do tempo de espera e a capacidade de resposta a situações de emergência e surtos epidemiológicos. A ausência de um hospital distrital de referência agrava esta situação, obrigando a população a recorrer a outros distritos para cuidados de maior complexidade, com impactos directos nos custos, na continuidade dos cuidados e na equidade no acesso.

As lacunas identificadas – nomeadamente a insuficiência de infraestruturas sanitárias, a limitada capacidade de resposta a surtos em zonas rurais, a ruptura recorrente de medicamentos e a escassez de meios circulantes – são corroboradas pelas contribuições dos grupos focais, que destacam a necessidade de expandir a rede sanitária, reforçar os serviços móveis, aumentar o número de profissionais e garantir o abastecimento regular de fármacos. Apesar disso, as comunidades reconhecem avanços claros em áreas como vacinação, planeamento familiar, rastreio do cancro do colo do útero e acesso aos serviços básicos, evidenciando ganhos reais no bem-estar da população.

Em geral, a análise do ODS 3 em Boane evidencia progressos significativos na expansão da rede sanitária, no reforço dos recursos humanos, na melhoria da saúde materno-infantil e na ampliação do acesso aos cuidados primários, reflectidos no aumento da cobertura das campanhas de vacinação, dos partos institucionais, do TARV e das acções de rastreio e prevenção. Contudo, a persistência de novas infecções por HIV, de casos de tuberculose e do aumento da incidência de malária, associada à pressão demográfica, à ausência de um hospital distrital, às limitações no rácio profissionais de saúde/habitante e a fragilidades logísticas, continua a comprometer a sustentabilidade e a equidade do sistema de saúde local. Torna-se, assim, essencial reforçar de forma integrada a capacidade do sistema de saúde, através do investimento em infraestruturas de referência, do aumento e fixação de profissionais, do fortalecimento da prevenção combinada e da vigilância epidemiológica, da garantia do abastecimento regular de medicamentos e da expansão dos serviços comunitários e móveis, assegurando uma resposta resiliente, inclusiva e de qualidade para toda a população.



ODS 4: Educação de Qualidade

O ODS 4 visa “assegurar uma educação inclusiva, equitativa e de qualidade, promovendo oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”. No território local de Boane, a educação é coordenada pelo Serviço Distrital de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT), que integra e implementa as políticas e estratégias nacionais no contexto local, articulando-se com os Conselhos Municipais, comunidades escolares, ONG’s e parceiros técnicos.

No plano das políticas públicas, a implementação do ODS 4 enquadra-se no Plano Estratégico da Educação 2020–2029, que prioriza o acesso universal ao ensino primário, a melhoria da qualidade do ensino e a expansão progressiva do ensino secundário. Estas orientações são territorializadas através do PESOD e do POA, que priorizam a expansão da rede escolar, a melhoria das infraestruturas, a formação docente e a promoção da equidade no acesso escolar em todos os níveis.

Tabela 5: Quadro de indicadores do ODS 4

Objectivo 4. Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos			
Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 4.a Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao género, e que propiciem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos			
4.a.1 Percentagem de escolas com acesso a: (a) electricidade; (b) internet para fins pedagógicos; (c) computadores para fins pedagógicos; (d) infra-estrutura e materiais adaptados para estudantes com deficiências; (e) água potável; (f) instalações sanitárias para cada sexo; e (g) instalações básicas para lavagem das mãos (de acordo com as definições do indicador (WASH).	A= 87; B = 20; C = 76; D=92; E = 86; F = 92 ; G=92	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	A. Num total de 92 escolas do Distrito, 87 usam corrente eléctrica B. De 92 escolas, apenas 20 usam internet para fins pedagógicos. C. De 92 escolas, 76 usam computadores. D. Todas infra-estruturas do Distrito estão ajustadas para atender pessoas com necessidades educativas especiais. E. De 92 escolas, apenas 86 possuem fonte de água F. Todas escolas do Distrito, possuem sanitários para cada sexo e o ponto de lavagem das mãos.
4.a.1_NM_2 Percentagem de escolas equipadas com computadores e acesso a internet	22%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Do total de 92 escolas, apenas 20 possuem computadores com acesso à internet.
4.a.1_NM_3 Percentagem de escolas com acesso a electricidade	95%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Num total de 92 escolas do Distrito, 87 tem acesso a electricidade
4.a.1_NM_4 Percentagem de escolas com acesso a fonte de água potável	94%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	De 92 escolas, apenas 86 possuem fonte de água.
4.a.1_NM_5 Percentagem de alunos beneficiados com material escolar em programas de ensino aprendizagem	54,01%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	De 91371 alunos, apenas 49348 alunos têm o direito de se beneficiar do livro gratuito.
4.a.1_NM_6 Número de escolas adaptadas a crianças com necessidade educativa especiais (NEE).	92	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Todas Escolas Estão adaptadas para atender crianças com necessidades educativas especiais.
4.a.1_NP_1 Número total de alunos inscritos no EP, incluindo crianças com NEE	49348	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Corresponde ao total de matrículas no Ensino Primário do distrito, abrangendo alunos do ensino regular e alunos com NEE, conforme os registos administrativos do sector da educação.
4.a.1_NP_2 Número total de alunos inscritos no ES1, incluindo alunos com NEE	32169	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Total de alunos matriculados no Ensino Secundário do 1.º Ciclo, incluindo estudantes com NEE integrados nas escolas públicas do distrito.
4.a.MZ_1 Rácio alunos por sala de aula no Ensino Primário	98	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	O rácio elevado reflecte a pressão demográfica sobre as infra-estruturas escolares existentes, indicando situações de sobrelotação das salas.
4.a.MZ_1_NP_1 Rácio alunos professor no Ensino Primário	98	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	44338 alunos do ensino primário público para 453 salas convencionais.
Meta 4.1 Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade, que conduza a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes			
4.1.MZ_1 Percentagem de alunos que desenvolvem as competências requeridas para o 1o Ciclo do Ensino Primário (Incluindo leitura, escrita e cálculo)	71%	Relatório Sectorial e BdpESOD e relatório do aproveitamento pedagógico 2024	Num total de 23234 alunos, cerca de 16496 alunos reúnem comperência requeridas.
4.1.MZ_1_NP_1 Percentagem de alunos da 3ª Classe e do 1º Ciclo do Ensino Primário, que atingem as competências básicas de a) leitura e b) cálculo	78%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Num total de 8980 alunos que frequentam a 3ª classe, cerca de 7004 alunos reúnem requisitos requeridos.
4.1.MZ_4 Taxa bruta de conclusão no a) Ensino primário, b) Primeiro ciclo do ensino secundário; e c) Segundo ciclo do ensino secundário	a) 100% b) 64,3% c) 49,5%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	a) Nº de graduados- 7296, população de 11 anos estimada em 6726 b) Nº de graduados-4186, população de 15 anos estimada em 6506 c) Nº de graduados- 3079, população de 17 anos estimada em 6222
4.1.MZ_4_NP_1 Taxa bruta de conclusão do Ensino Secundário do 1º Ciclo e 2º Ciclo	1º Ciclo do ESG - 64.3% 2º Ciclo do ESG - 49.5% Somatório do 1º e 2º Ciclo do ESG - 57.1%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	No ESG1 graduaram 4186 para uma população de 15 anos estimada em 6506 No ESG2 graduaram 3079 para uma população de 17 anos estimada em 6222
4.1.MZ_4_NP_2 Taxa de conclusão no Ensino Primário	+100%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	No EP graduaram 7296, para uma população de 11 anos estimada em 6726 (+de 100%)
4.1.MZ_4_NP_3 Número de Graduados do Ensino Secundário do 1º Ciclo	Graduados do 1º Ciclo - 4186	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Número total de alunos que concluíram com sucesso o Ensino Secundário do 1.º Ciclo, conforme os dados oficiais do sector da educação.
4.1.MZ_5 Taxa líquida de escolarização na 1ª classe	71%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Em 2025, foram matriculados 5274 alunos com 6 anos, para uma população de 6 anos estimada em 7400.
4.1.MZ_5_NP_1 Taxa líquida de escolarização na 1ª Classe (ODS)	+100%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Total alunos matriculados na 1ª classe, 8011 para uma população estimada em 7400
Meta 4.3 Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todas mulheres e homens ao ensino técnico, profissional e terciário acessível e de qualidade, inclusive a universidade			
4.3.MZ_2 Taxa bruta de escolarização no Ensino Técnico Profissional	9,2%	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Para uma população estimada em 18285, apenas 1680 frequenta o ETP
4.3.MZ_2_NP_1 Número de efectivos escolares no Ensino Técnico-Profissional	1680	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Refere-se ao total de estudantes matriculados nas instituições de Ensino Técnico-Profissional existentes no distrito.
4.3.MZ_3 Número de estudantes do ensino superior por mil habitantes	ND	-	Dados processados a nível Provincial e Central, visto que os Distritos não superintendem o ensino superior
4.3.MZ_3_NP_1 Número de estudantes matriculados no Ensino Superior	ND	-	Os dados sobre matrículas no ensino superior não são desagregados nem consolidados ao nível distrital.
Meta 4.c Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos			
4.c.1 Percentagem de professores no: a) pre-escolar; b) ensino primário; c) primeiro ciclo do ensino secundário; e d) segundo ciclo do ensino secundário, que tenham recebido, pelo menos, a formação mínima de professores (por exemplo, formação pedagógica) antes do serviço ou em serviço, necessária para o ensino no nível relevante no país	A= 0%, B=99.8%, C e D=100 %	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	As Escolas do Distrito são monitoradas por 124 monitores sem nenhuma formação. No Ensino Primário, do total de 783 professores, apenas um professor não tem formação Psicopedagógico. No ensino Secundário, todos professores têm formação.
4.c.1_NP_1 Número de professores contratados para o subsistema de Educação Geral	46	Relatório Sectorial e BdpESOD 2025	Sendo: 11 para o ESG e 35 docentes para o ensino Básico e Primário

Conforme mostra o quadro de indicadores deste ODS, o território local de Boane dispõe de uma rede relativamente ampla de 92 escolas, que atende uma população escolar de mais de 91 mil alunos, dos quais 51,1% são raparigas, reflectindo um equilíbrio de género e um alinhamento com os princípios da equidade preconizados pelo ODS 4. A maioria das escolas dispõe de electricidade (95%), água potável (94%), instalações sanitárias segregadas por sexo e pontos de lavagem das mãos (92%), criando condições para ambientes de aprendizagem seguros, inclusivos e sensíveis ao género e o alcance da Meta 4.a.

Destaca-se ainda o facto de todas as 92 escolas do distrito estarem adaptadas para acolher crianças com necessidades educativas especiais, o que constitui um avanço importante no domínio da educação inclusiva. Contudo, persistem limitações críticas no acesso às tecnologias educativas, uma vez que apenas 22% das escolas estão equipadas com computadores e acesso à internet para fins pedagógicos, o que restringe o desenvolvimento de competências digitais e a modernização dos processos de ensino-aprendizagem. Acresce que apenas 54% dos alunos beneficiam de material escolar, evidenciando desigualdades no acesso a recursos pedagógicos essenciais.

Ademais, apesar dos investimentos em infraestruturas, os indicadores revelam forte pressão demográfica sobre o sistema educativo, expressa num rácio extremamente elevado de 98 alunos por sala de aula e por professor no Ensino Primário, reflectindo situações de sobrelotação que comprometem a qualidade do ensino, a atenção individualizada aos alunos e os resultados de aprendizagem, sobretudo nas classes iniciais.

Relativamente à Meta 4.1, os dados indicam progressos relevantes no acesso e conclusão do ensino primário, com uma taxa bruta de conclusão superior a 100%, resultado associado a fenómenos de alunos fora da idade oficial que conseguem concluir o ciclo. Observa-se também um desempenho relativamente positivo no desenvolvimento de competências básicas, com 71% dos alunos a atingirem as competências requeridas no 1.º ciclo e 78% dos alunos da 3.ª classe a demonstrarem competências adequadas em leitura e cálculo. No entanto, verifica-se uma queda significativa nas taxas de conclusão à medida que o nível de ensino avança, com apenas 64,3% no Ensino Secundário do 1.º Ciclo e 49,5% no 2.º Ciclo, evidenciando dificuldades na retenção e progressão escolar, particularmente no ensino secundário.

No que respeita à Meta 4.3, os indicadores mostram que o acesso ao Ensino Técnico-Profissional permanece bastante limitado, com uma taxa bruta de escolarização de apenas 9,2%, o que significa que uma parcela muito reduzida da população jovem tem acesso a formações técnicas e profissionais. Esta limitação reduz as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, sobretudo para jovens que não prosseguem para o ensino secundário geral ou superior, reforçando a necessidade de expansão e diversificação da oferta formativa técnica no distrito.

Quanto à Meta 4.c, os dados evidenciam um desempenho globalmente positivo na qualificação do corpo docente, especialmente no ensino primário e secundário, onde mais de 99% dos professores possuem formação pedagógica adequada. No ensino secundário, a totalidade dos docentes cumpre os requisitos de formação, o que constitui uma base sólida para a melhoria da qualidade educativa. Todavia, no pré-escolar, observa-se uma lacuna crítica, uma vez que os 124 monitores das escolinhas não possuem formação pedagógica, o que pode comprometer o desenvolvimento cognitivo e social das crianças na fase inicial da aprendizagem. O recrutamento de 46 novos professores em 2025 demonstra esforço

institucional para mitigar o défice de docentes, mas revela-se ainda insuficiente face à elevada pressão demográfica e aos rácios existentes.

Estas constatações são corroboradas pelos participantes dos GFDs, que reconheceram melhorias no acesso à escola, sobretudo no ensino primário, mas sublinharam que as condições reais de aprendizagem continuam precárias, com salas sobrelotadas, turmas ao relento e infraestruturas vulneráveis às chuvas e ventos, o que afecta de forma desproporcional crianças de bairros periféricos e zonas rurais. Para as famílias mais pobres, a distância às escolas secundárias, aliada aos custos de transporte, material escolar e alimentação, constitui um factor crítico de abandono escolar, sobretudo entre adolescentes e jovens.

As raparigas destacaram desafios adicionais relacionados com a pobreza menstrual, responsabilidades domésticas e gravidezes precoces, que continuam a comprometer a sua permanência e progressão no sistema educativo, apesar da paridade global nos níveis de matrícula. Os jovens manifestaram frustração com a fraca oferta do Ensino Técnico-Profissional, considerada insuficiente e pouco acessível, limitando oportunidades de inserção socioeconómica e reforçando ciclos de desemprego e vulnerabilidade. Já as PcDs reconheceram esforços de inclusão formal, mas relataram limitações práticas, como a ausência de professores especializados, materiais pedagógicos adaptados e acompanhamento individualizado, o que compromete a qualidade efectiva da aprendizagem.

Em síntese, a análise do ODS 4 em Boane revela progressos importantes na expansão do acesso à educação, na paridade de género, na qualificação do corpo docente e na melhoria das infraestruturas básicas escolares, incluindo avanços relevantes no domínio da educação inclusiva e do ensino primário. Contudo, a forte pressão demográfica, os rácios elevados aluno/professor e aluno/sala, as limitações no acesso a tecnologias educativas, a fraca cobertura de material escolar, as elevadas taxas de abandono no ensino secundário e a reduzida oferta do Ensino Técnico-Profissional continuam a comprometer a qualidade, a retenção e a transição escolar, afectando sobretudo jovens, raparigas e crianças de famílias vulneráveis. Torna-se, assim, prioritário reforçar de forma integrada o investimento em infraestruturas e recursos humanos, expandir e diversificar o Ensino Técnico-Profissional, melhorar o acesso a tecnologias e materiais pedagógicos, fortalecer medidas de retenção escolar e apoiar grupos vulneráveis, assegurando uma educação de qualidade, inclusiva e alinhada com as exigências do desenvolvimento local sustentável.

ODS 5: Igualdade de género

O ODS 5 visa “alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas”, constituindo um eixo transversal da Agenda 2030 e um factor determinante para o progresso nos restantes ODS, nomeadamente nos domínios da saúde, educação, redução da pobreza e governação inclusiva. A sua implementação no território local de Boane envolve de forma articulada o SDSMAS, o SDEJT, o SDAE, o CMVB, o CMVMR, as instituições de justiça e ordem pública, bem como organizações comunitárias e da sociedade civil, no quadro das políticas nacionais de género, direitos humanos e protecção social.

Do ponto de vista normativo e institucional, Moçambique dispõe de um quadro legal e político relativamente robusto para a promoção da igualdade de género, alinhado com compromissos internacionais como a CEDAW, a Plataforma de Acção de Pequim e a própria Agenda 2030. A nível nacional e local, estes compromissos materializam-se através de instrumentos como as Políticas de Género, os

Planos Económicos e Sociais e a integração progressiva da perspectiva de género na planificação distrital e municipal, incluindo no sector da educação, saúde, agricultura e acção social.

Do ponto de vista demográfico, Boane conta com 149 548 mulheres, representando cerca de 51% da população total, revelando igualmente que estas constituem parte significativa da força de trabalho local. Num contexto em que as mulheres representam uma parcela significativa da força de trabalho, sobretudo no sector agrícola e informal, o empoderamento feminino assume um papel central para a resiliência das famílias, a segurança alimentar e a coesão social do território.

No que respeita à Meta 5.2, relativa à eliminação da violência baseada no género (VBG), o distrito regista avanços importantes ao nível institucional e programático, reflectidos na redução do número de casos assistidos, na diminuição significativa das uniões prematuras e no aumento das acções de sensibilização comunitária. A existência do Gabinete de Atendimento à Família e Menores, a divulgação do quadro legal nacional e a actuação do sector de Mulher e Acção Social reforçam o sistema local de protecção.

Tabela 6: Quadro de indicadores do ODS 5

Objectivo 5. Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e raparigas			
Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e raparigas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos			
5.2.1 Percentagem de mulheres e raparigas de (15 a 49 anos de idade) que já tiveram relacionamentos, sujeitas a a) violência física, b) sexual ou psicológica por um parceiro actual ou ex-parceiro nos últimos 12 meses, por forma de violência e por idade	0,10%	BdPESOD-2024	Do total de 77.967 mulheres e raparigas com idades entre 15 a 49 anos, 80 foram vítimas de violencia nos últimos 12 meses, correspondente a 0,10%.
5.2.1_NM_2 Número de crianças vítimas de uniões prematuras retornadas às famílias próprias ou colocadas em protecção alternativa	1	SDSMAS (Relatorio do sector de Acção Social I Semestre 2025), e CDPRM (Relatorio do Gabinete de Atendimento a família e menores I Semestre de 2025)	De referir que no presente ano de 2025, os casos de menores vítimas de uniões prematuras reduziu em 83,3%, comparativamente ao ano de 2024, onde foram registados 06 casos contra os actuals 01 caso.
5.2.1_NM_3 Número de casos de violência assistidos	56	BdPESOD I Sem.2025	Foram assistidas 56 pessoas vítimas de violência, contra 80 assistidas em 2024, o que corresponde a uma reducao de 30%;
Meta 5.5 Garantir a participação plena e efectiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, económica e pública			
5.5.1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres a) na Assembleia da República e b) nos Governos locais (Assembleias municipais)	B) AMVB-37%; AMVMR-42,3%; CCD-40%	CMVB e CMVMR	A nível do Município da Vila de Boane, na AMVB, as mulheres ocupam 15 assentos, de um total de 41, correspondente a 37%. Na Matola-Rio, de um total de 33 assentos, 14 são mulheres, representando 42,3%. E o Conselho Consultivo Distrital conta com 48 membros, dos quais 19 mulheres, correspondente a 40%.
5.5.1_NM_1 Percentagem de assentos ocupados por mulheres nas Assembleias municipais	AMVM-37% e AMVMR-42,3%	Acordao n.º. 48/C/C/2023 de 23 de Novembro; AMVB e AMVMR	A Assembleia Municipal da Vila de Boane, conta com 15 Mulheres, correspondente a 37% e a Assembleia Municipal da Vila da Matola-Rio com 14 mulheres, correspondente a 42,3%
5.5.2 Percentagem de mulheres em cargos de gestão (chefia)	69%	GD-Rdelatório da FP; CMVB e CMVMR	A nível do GD, dos 249 cargos de chefia e tomada de decisões, 140 estão ocupadas por homens e 109 mulheres. No Município da Vila de Boane, dos 28 cargos de gestao, 11 são mulheres; e na Matola-Rio, dos 11 cargos de gestao, 04 são Mulheres.
5.5.2_NM_1 Percentagem de mulheres em cargos de direcção e chefia	69%	GD-Rdelatório da FP; CMVB e CMVMR	A nível do GD, dos 249 cargos de chefia e tomada de decisões, 140 estão ocupadas por homens e 109 mulheres. No Município da Vila de Boane, dos 28 cargos de gestao, 11 são mulheres; e na Matola-Rio, dos 11 cargos de gestao, 04 são Mulheres.
Meta 5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos económicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais			
5.a.MZ_1 (a) Número de DUATs, (b) área total de DUATs emitidos com finalidade de agricultura e pecuária; e (c) Percentagem das mulheres com DUATs para singulares com finalidade de agricultura e pecuária	ND	-	Informação não disponível ao nível distrital e municipal, uma vez que os dados sobre emissão e titularidade de DUATs são consolidados e reportados ao nível provincial e central, não havendo desagregação sistemática por sexo para o período em análise.
5.a.MZ_1_NM_1 Percentagem das mulheres com DUATs singulares com finalidade de agricultura e pecuária	ND	-	Dados não apurados ao nível local. A inexistência de uma base de dados distrital desagregada por sexo limita a quantificação precisa da participação das mulheres na titularidade de DUATs.
5.a.MZ_1_NM_2 Número de mulheres capacitadas em materias de empreendedorismo	0	SDSMAS (Relat. Sec.Miher e Acção Social Iº Semestre de 2025)	Não realizada. De referir que o plano previsto para o ano de 2025 é de capacitar 25 mulheres.
5.a.MZ_1_NM_3 Número de kits de auto-emprego entregues às mulheres capacitadas	1		Para o ano de 2025, foi alocado apenas 01 kit de auto-emprego a mulheres.

Os dados específicos dos indicadores desta meta indicam uma baixa incidência reportada de violência baseada no género, com apenas 0,10% das mulheres e raparigas entre 15 e 49 anos a terem sido registadas como vítimas de violência física, sexual ou psicológica nos últimos 12 meses. Em termos absolutos, foram identificados 80 casos em 2024, com uma redução para 56 casos assistidos no primeiro semestre de 2025, correspondendo a uma diminuição de cerca de 30%. Regista-se igualmente uma redução expressiva dos casos de uniões prematuras, que passaram de seis casos em 2024 para apenas um caso em 2025, representando uma diminuição de 83,3%, o que sugere efeitos positivos das acções de sensibilização comunitária e dos mecanismos de protecção social e familiar.

Ainda assim, a leitura destes dados deve ser cautelosa, considerando que a violência baseada no género é frequentemente subnotificada, sobretudo em contextos marcados por barreiras socioculturais, estigma e limitações no acesso aos serviços de denúncia. Ademais, persistem fragilidades estruturais, nomeadamente a inexistência de centros integrados de atendimento às vítimas, a fraca articulação entre saúde, justiça e apoio psicossocial, bem como barreiras culturais que limitam a denúncia e o seguimento efectivo dos casos. As percepções recolhidas nos grupos focais revelam ainda sentimentos de impunidade e revitimização, sobretudo em situações de violência doméstica e sexual, onde a responsabilização tende a recair sobre a mulher.

Relativamente à Meta 5.5, os indicadores revelam avanços consistentes na participação das mulheres nos espaços de decisão política e pública. As mulheres ocupam 37% dos assentos na Assembleia Municipal da Vila de Boane, 42,3% na Assembleia Municipal da Vila da Matola-Rio e 40% no Conselho Consultivo Distrital, valores próximos ou superiores ao limiar de referência internacional para uma representação equilibrada. No domínio da administração pública e gestão institucional, os dados indicam que 69% dos cargos de chefia e direcção são ocupados por mulheres, o que reflecte um esforço deliberado de promoção da equidade de género nos espaços formais de tomada de decisão, ainda que persistam disparidades ao nível municipal, onde a representação feminina nos cargos de gestão é relativamente mais baixa.

No entanto, no que respeita à Meta 5.a, associada ao empoderamento económico das mulheres e ao acesso equitativo aos recursos produtivos, os dados revelam lacunas significativas. A inexistência de informação desagregada por sexo sobre a titularidade de DUATs ao nível distrital e municipal impede uma avaliação objectiva do acesso das mulheres à terra, um recurso estratégico para a autonomia económica, sobretudo num contexto em que a agricultura familiar constitui uma das principais fontes de subsistência. Paralelamente, os indicadores mostram um desempenho muito limitado nas acções de capacitação económica, sem registos de mulheres capacitadas em empreendedorismo no período em análise e apenas um kit de auto-emprego distribuído, apesar de existirem metas programadas para o ano de 2025. Esta situação evidencia fragilidades na operacionalização das políticas de empoderamento económico feminino e na afectação de recursos adequados para este fim.

As consultas com grupos focais reforçam a leitura de que a desigualdade de género em Boane está profundamente interligada a outros ODS, em particular pobreza, educação, saúde e água. As mulheres identificam como desafios prioritários o elevado custo de vida, a insuficiência de assistência social aos idosos, as dificuldades de acesso aos serviços de saúde, a sobrecarga financeira associada à educação dos

filhos e a precariedade dos serviços básicos. Estes factores agravam a vulnerabilidade das mulheres, sobretudo das viúvas e idosas, limitando o impacto efectivo das políticas de igualdade de género.

Em síntese, a análise do ODS 5 em Boane evidencia avanços relevantes na institucionalização da agenda de género, na redução dos casos reportados de violência baseada no género e na crescente participação das mulheres nos espaços de decisão política e administrativa, reflectindo progressos na governação inclusiva e no empoderamento formal feminino. Contudo, persistem fragilidades estruturais associadas à subnotificação da violência, à fraca articulação dos serviços de protecção, às barreiras socioculturais e, sobretudo, às limitações no empoderamento económico das mulheres, expressas na ausência de dados sobre acesso à terra, na fraca capacitação produtiva e na reduzida transformação das políticas em oportunidades económicas concretas. Torna-se, assim, prioritário reforçar de forma integrada a prevenção e resposta à VBG, a autonomia económica feminina e a inclusão das mulheres no acesso à terra, ao crédito, à formação e às cadeias de valor locais, assegurando que a igualdade de género se traduza em ganhos reais de bem-estar, resiliência e desenvolvimento sustentável no território.



ODS 6: Água Potável e Saneamento

O ODS 6 procura “assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e do saneamento para todos”. No território local de Boane, este objetivo é estratégico, dado o carácter periurbano e rural do território, a elevada dependência de recursos hídricos naturais para consumo humano, agricultura e economia familiar, e a vulnerabilidade aos choques climáticos como secas, cheias e ciclones. A implementação deste objectivo envolve, a nível local, o Serviço Distrital de Planeamento e Infraestruturas (SDPI), o SDSMAS, o CMVB, o CMVMR, os comités de água comunitários e parceiros, o envolvimento de parceiros de cooperação e sociedade civil (como PAMODZI, WaterAid e outras organizações) que actuam no desenvolvimento de sistemas de abastecimento de água, construção de latrinas e promoção de práticas de higiene nas escolas e comunidades.

No plano nacional, o ODS 6 é operacionalizado através de instrumentos como o Plano Quinquenal do Governo, o Programa Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento Rural (PRONASAR), o Plano Nacional de Gestão de Recursos Hídricos e os programas de saneamento liderados pelas comunidades. Estas orientações são territorializadas em Boane através do PESOD, POA e dos planos anuais, que priorizam a expansão de fontes de água melhoradas, a reabilitação de sistemas avariados, a promoção da higiene e o combate à defecação a céu aberto, com particular enfoque nas zonas rurais e periurbanas.

O território local de Boane dispõe de uma rede pública de abastecimento de água sob gestão da Águas da Região de Maputo e do FIPAG, complementada por sistemas rurais baseados em furos, poços, bombas manuais e fontes superficiais. O inventário de 112 fontes de abastecimento, das quais apenas 56 se encontram operacionais, revela uma capacidade instalada significativa, porém com baixa funcionalidade, apontando para fragilidades na manutenção, gestão técnica e financiamento da operação dos sistemas.

A presença da Barragem dos Pequenos Libombos constitui um activo estratégico de âmbito regional, garantindo segurança hídrica às cidades de Maputo, Matola e parte de Boane. No entanto, a existência desta infraestrutura de grande escala não se traduz automaticamente em acesso equitativo à água potável

ao nível local, sobretudo em comunidades periféricas e rurais. Apesar de cerca de 74% da população do distrito ter acesso à água potável, persistem focos de exclusão em localidades como Saldanha, Ambrósio (Eduardo Mondlane) e bairros da Localidade de Mulotana, onde o acesso é irregular ou inexistente, obrigando as famílias a recorrer a fontes inseguras ou alternativas onerosas.

Os dados de desempenho indicam uma taxa de cobertura urbana de 74,8%, contrastando com 58,4% nas zonas rurais, o que confirma a existência de desigualdades territoriais persistentes. Embora o FIPAG abasteça 42.736 clientes, beneficiando cerca de 163.350 pessoas, e tenha registado 1.143 novas ligações no período em análise, o acesso permanece concentrado ao longo das vias principais e em áreas consolidadas.

Tabela 7: Quadro de indicadores do ODS 6

Objectivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos			
Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 6.1 Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos.			
6.1.1 Percentagem da população que usa fonte de água segura, por área de residência (Urbano/ Rural/TOTAL)	74.8%/58.4%	BdPESOD	74.8% (urbano) /58.4% (rural)
6.1.1_NM_2 Números de sistemas de água construídos/melhorados (Urbano/ Rural/TOTAL)	11	BdPESOD	10 Operacionais, sendo 01 público e 09 privados
6.1.1_NM_3 Número de fontanários públicos construídos/reparados (Urbano/ Rural/TOTAL)	7	BdPESOD	03 Operacionais
6.1.1_NM_4 Número de furos de água manuais ou sistemáticos (Urbano/ Rural/TOTAL)	5	BdPESOD	01 Operacional
6.1.1_NM_5 Número de famílias beneficiadas em tratamento de água com cloro (Urbano/Rural/TOTAL)	7 692	Org. PAMODZI	Correspondente a cerca de 35.810 pessoas
Meta 6.2 Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e raparigas e daqueles em situação de vulnerabilidade			
6.2.1 Percentagem da população que usa serviços de saneamento adequados, incluindo instalação de lavagem das mãos com água e sabão, por área de residência (Urbano/Rural/TOTAL)	21,4%	Org. PAMODZI	Correspondente a cerca de 43.160 pessoas
6.2.1_NM_1 Percentagem da população com acesso ao saneamento seguro (Urbano/Rural/TOTAL)	52,4%	Org. PAMODZI	Correspondente a 9250 pessoas
6.2.1_NM_2 Número de agregados familiares com acesso a latrinas melhoradas (Urbano/Rural/TOTAL)	395	Org. PAMODZI	Correspondente a 1.582 pessoas
6.2.1_NM_3 Número de sanitários públicos construídos/ melhorados (Urbano/Rural/TOTAL)	312	Org. PAMODZI	O valor reportado corresponde a sanitários públicos construídos e/ou melhorados com apoio da Organização PAMODZI.
Meta 6.3 Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a libertação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura de forma global			
6.3.MZ_1 Percentagem de águas residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	ND	-	Não existem sistemas formais de tratamento de águas residuais operacionais no meio urbano do Distrito/Municípios no período em análise.
6.3.MZ_1_NM_1 Número de fontes de água residuais sujeitas a tratamento (URBANO)	ND	-	Não foram identificadas infra-estruturas específicas de tratamento de águas residuais (ETAR ou sistemas equivalentes) sob gestão municipal ou distrital.
6.3.MZ_1_NM_2 Número de esgotos construídos e reabilitados para prevenção de risco de contaminação de água. (URBANO)	ND	-	A inexistência de dados reflecte a ausência de intervenções estruturadas e sistemáticas de construção ou reabilitação de sistemas de esgoto no período de referência.
6.3.MZ_1_NM_3 Km de drenagem construídas e reabilitadas para prevenção de risco de contaminação (URBANO)	1,8 Km	Rel 1ºSemestre do CMVB	Intervencionados 1750 m de drenagem, sendo: 1,5km no CMVB e 250m CMVMR.
Meta 6.b Apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais, para melhorar a gestão da água e do saneamento			
6.b.1 Percentagem de municípios com políticas e procedimentos estabelecidos e operacionais para a participação das comunidades locais na gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	100	CMVB e CMVMR	A percentagem reflecte a existência de instrumentos normativos e mecanismos institucionais de participação comunitária formalmente aprovados e reconhecidos ao nível municipal.
6.b.1_NM_1 Número de comités locais para gestão de água e saneamento (Urbano/Rural/TOTAL)	30	PAMODZI	A Nível do PA Matola-Rio dos bairros, não existem comités, devido a falta de aderência da população nos sistemas existentes, alegadamente por fornecer água salubre

A construção ou melhoria de 11 sistemas de água, dos quais 10 se encontram operacionais, demonstra um esforço institucional relevante, ainda que limitado face à dimensão da procura. A predominância de sistemas privados (9) face a apenas 1 sistema público levanta desafios em termos de regulação, acessibilidade económica e controlo da qualidade da água. O desempenho das fontanárias públicas e furos de água é mais frágil: dos 7 fontanários construídos ou reparados, apenas 3 estão operacionais, e dos 5

furos de água, apenas 1 funciona, indicando problemas de manutenção, gestão e sustentabilidade técnica das infraestruturas instaladas. Em contrapartida, a acção de tratamento domiciliário da água com cloro, que beneficiou 7 692 famílias (cerca de 35 810 pessoas), constitui uma medida eficaz de mitigação de riscos sanitários, sobretudo em contextos onde o acesso à água segura é intermitente. Contudo, trata-se de uma solução paliativa, que não substitui investimentos estruturais em sistemas de abastecimento.

Nas zonas de expansão urbana e em áreas rurais, a população depende maioritariamente de fontes informais, como furos privados e vendedores de água, caracterizados por fornecimento irregular, custos elevados para os agregados familiares e qualidade da água frequentemente questionável. De forma recorrente, os participantes dos GFDs relataram que muitos agregados familiares ainda dependem de fontes alternativas e inseguras, como rios, poços abertos ou bombas manuais escassas e frequentemente avariadas, situação que confirma a persistência de desigualdades territoriais no acesso aos serviços de água. Esta realidade compromete o princípio de equidade no acesso consagrado na Meta 6.1 e aumenta a vulnerabilidade sanitária das famílias de menor rendimento.

Por seu turno, o saneamento constitui um dos principais estrangimentos estruturais para o cumprimento do ODS 6 no distrito. A predominância de fossas sépticas individuais nas zonas urbanas e latrinas tradicionais ou melhoradas nas zonas rurais evidencia um modelo fragmentado, com cobertura limitada e fraca integração com sistemas de drenagem e gestão de efluentes. Apenas 21,4% da população utiliza serviços de saneamento adequados com condições de higiene, incluindo lavagem das mãos com água e sabão, o que evidencia uma baixa cobertura e elevado risco sanitário, sobretudo para mulheres, crianças e outros grupos vulneráveis.

Embora 52,4% da população tenha acesso a algum nível de saneamento seguro, este indicador revela uma realidade intermédia, frequentemente associada a latrinas básicas ou soluções não melhoradas. A construção de 395 latrinas melhoradas, beneficiando cerca de 1 582 pessoas, representa um avanço, mas ainda insuficiente face às necessidades do território. A construção e melhoria de 312 sanitários públicos, com apoio de parceiros, constitui um contributo relevante, particularmente em espaços colectivos e comunitários. Ainda assim, o alcance permanece limitado, e a persistência de práticas de saneamento inadequadas sugere que o distrito se encontra longe da erradicação da defecação a céu aberto, conforme preconizado pela Agenda 2030.

A recolha de resíduos sólidos apresenta-se irregular e insuficiente fora dos principais centros urbanos, levando a práticas como deposição em terrenos baldios, despejo em margens de estrada e queima a céu aberto. Estas práticas agravam a degradação ambiental, contaminam fontes de água, obstruem valas de drenagem e aumentam a incidência de doenças, sobretudo durante a época chuvosa. Apesar das iniciativas municipais de sensibilização, jornadas de limpeza e educação cívica comunitária – com 77,8% de execução das actividades planeadas – o impacto permanece limitado face à dimensão do problema.

A análise da Meta 6.3 evidencia um défice estrutural significativo na qualidade da água e gestão de águas residuais. Não existem dados reportados sobre tratamento de águas residuais, nem infraestruturas formais de tratamento (ETAR ou sistemas equivalentes), o que indica que as águas residuais urbanas não são tratadas de forma sistemática. A inexistência de intervenções estruturadas em sistemas de esgoto aumenta o risco de contaminação de fontes de água, degradação ambiental e propagação de doenças de

origem hídrica. A única resposta identificada incide na construção e reabilitação de 1,8 km de drenagem, sobretudo em áreas urbanas, o que contribui para a mitigação de inundações e riscos imediatos, mas não resolve o problema estrutural da poluição hídrica.

O crescimento populacional acelerado, aliado à expansão urbana desordenada, habitação precária e construções não autorizadas, exerce forte pressão sobre os sistemas de água, saneamento, drenagem e gestão de resíduos. Estes factores ampliam os riscos de escassez de água, contaminação de fontes hídricas, inundações e surtos de doenças de origem hídrica. Embora os Governos distrital e municipais tenham registado progressos por meio de investimentos públicos e parcerias, as limitações financeiras, técnicas e institucionais continuam a restringir a implementação eficaz e sustentável das intervenções. A nível institucional, o distrito e os municípios apresentam um desempenho formalmente positivo, com 100% de cobertura de políticas e mecanismos de participação comunitária na gestão da água e saneamento. A existência de 30 comités locais demonstra esforço de envolvimento comunitário.

Todavia, a ausência de comités em alguns bairros, particularmente no Posto Administrativo da Matola-Rio, revela limitações práticas na adesão comunitária, associadas à baixa qualidade da água fornecida, à fraca confiança nos sistemas existentes e à sustentabilidade financeira e técnica da gestão local. Este contraste entre existência formal de mecanismos e fraca funcionalidade efectiva evidencia a necessidade de reforçar capacitação comunitária, transparência na gestão e melhoria da qualidade do serviço prestado, como condição para uma participação comunitária efectiva e duradoura.

De forma geral, a análise do ODS 6 em Boane revela progressos relevantes na expansão do acesso à água potável, no enquadramento institucional e na mobilização de parcerias para o abastecimento, saneamento e promoção da higiene, mas evidencia fragilidades estruturais persistentes associadas às desigualdades territoriais, à baixa funcionalidade das infraestruturas, à fraca cobertura de saneamento adequado e à inexistência de sistemas formais de tratamento de águas residuais. Apesar da presença de infraestruturas estratégicas e de uma cobertura global relativamente elevada, o acesso permanece desigual entre zonas urbanas e rurais, com elevada dependência de fontes informais, custos elevados para as famílias e riscos sanitários acrescidos, agravados pela expansão urbana desordenada, pela gestão deficiente de resíduos sólidos e pela vulnerabilidade climática. Torna-se, assim, prioritário reforçar de forma integrada os investimentos em sistemas de água resilientes e sustentáveis, a manutenção e gestão comunitária das infraestruturas, a expansão do saneamento seguro e da drenagem urbana, bem como a melhoria da governação e do financiamento do sector, assegurando um acesso equitativo, seguro e sustentável à água e ao saneamento para toda a população.

ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis

O ODS 11 visa “tornar as cidades e comunidades inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis”, com metas que abordam desde habitação adequada e acesso a serviços básicos, transporte inclusivo, planeamento urbano participativo, até à redução de impactos de desastres e a resiliência urbana face às mudanças climáticas. No contexto local, a sua implementação é da responsabilidade directa dos governos municipais (CMVB e CMVMR), em articulação com o Governo Distrital, o SDPI e outros sectores relevantes, no quadro das políticas nacionais de ordenamento territorial, urbanização e gestão do solo.

No território local de Boane, o processo de urbanização tem acelerado nas últimas décadas, estimulada tanto pelo crescimento demográfico quanto pela sua posição geográfica estratégica na província de Maputo e pela proximidade à Área Metropolitana de Maputo. Boane integra transportes rodoviários e ferroviários que facilitam a mobilidade de pessoas e mercadorias, elemento importante para o desenvolvimento económico local e a expansão urbana. A integração progressiva das metas do ODS 11 nos instrumentos de planificação distrital e municipal demonstra um compromisso institucional relevante com a Agenda 2030. Contudo, a implementação efectiva dessas metas enfrenta constrangimentos técnicos, financeiros e institucionais.

O rápido crescimento populacional — estimado em mais de 10 mil novos habitantes por ano — tem intensificado a pressão sobre o solo urbano, a habitação, os serviços e as infraestruturas, contribuindo para a expansão urbana desordenada e para o surgimento de assentamentos informais. Embora existam planos de ordenamento territorial e planos de pormenor aprovados, a sua aplicação e fiscalização continuam limitadas, resultando numa fraca articulação entre planeamento territorial e a provisão efectiva de serviços públicos, como água, saneamento, electricidade, mobilidade e gestão de resíduos sólidos.

Tabela 8: Quadro de indicadores do ODS 11

Objectivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis			
Indicador QNI	VALOR	Fonte da Info	NOTAS
Meta 11.2 Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis e sustentáveis para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e pessoa idosa			
11.2.1 URBANO - Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0%	Balanço do Governo do Distrito 2025	A frota rodoviária de transporte de passageiros actualmente é composta por 640 veículos. Contudo na zona metropolitana não existem transportes públicos preparados para pessoa com deficiência física.
11.2.1_NM_2 - URBANO Número de transporte público adaptados para pessoas com deficiência física	0		
11.2.1 - RURAL Percentagem da população com acesso ao sistema de transporte público conveniente com especial atenção para pessoas com deficiência física	0		
11.2.1_NM_2 RURAL Número de transporte público adaptados para pessoas com deficiência física	0		
Meta 11.3 Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e a capacidade para a planificação e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países			
11.3.1 Rácio da taxa de utilização de terra e de crescimento da população URBANO	ND	CMVB 2024 e Plano de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos	Utilização de Terra na Vila Municipal de Boane ate 2017 estimava-se em 55% num universo de 114.546 habitantes. Em 2025 a taxa de utilização de terra estima-se em 70% num universo de 145.103 habitantes.
11.3.1_NM_1 Taxa de ocupação da terra URBANO	ND	CMVB 2024 e Plano Geral de Estrutura Urbana.	Na Vila Municipal a taxa de ocupação de terra estima-se na ordem dos 70% numa área de 579 km ² .
Meta 11.4 Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo			
11.4.1 Despesa total per capita gasta na preservação, protecção e conservação de todo o património cultural e natural, por tipo de património, nível de governo, tipo de despesa e tipo de financiamento privado	ND		Não foram disponibilizados dados desagregados ao nível local sobre despesas específicas destinadas à preservação do património cultural e natural, sendo estas maioritariamente geridas e reportadas ao nível central.
11.4.1_NM_1 Percentagem do orçamento alocado para acções de preservação do património cultural	0		No período em análise, não se registou a alocação orçamental específica ao nível municipal ou distrital para acções estruturadas de preservação do património cultural.
Meta 11.b Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adoptando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, a gestão holística do risco de desastres em todos os níveis			
11.b.2 Percentagem de governos locais que adoptam e implementam estratégias locais de redução de risco de desastres	100%	CMVB	Para a redução de riscos de desastres o Distrito de Boane tem um Plano Local de Adaptação funcional e Comitês Locais de Gestão de Desastres Naturais nos bairros
11.b.2_NM_1 RURAL Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	12 Planos de Pormenor	CMVB e CMVMR	1. O CMVB elaborou e aprovou em sede da Assembleia Municipal de Boane 10 planos de pormenor, designadamente Plano de Pormenor dos bairros Filipe Samuel Magaia; Marien Ngouabi; Pequenos Libombos; Saldanha; Plano de Pormenor do Bairro 7 de Setembro (C/BOA); Plano de Pormenor do Bairro Picoco; Plano de Pormenor do Bairro Belo Horizonte; Plano de Pormenor do Bairro Eduardo Mondlane (reassentamento do bairro Malanga); Plano de Pormenor do Bairro Eduardo Mondlane (zona de Matendene); Plano Geral de Urbanização dos bairros Muteve; Tinhaliene e Chipapa. 2. O CMVMR elaborou e aprovou em sede da Assembleia Municipal de Boane 02 planos de pormenor designadamente Plano de pormenor do Bairro Djonasse e Plano do pormenor da associação Bematumbe.
11.b.2_NM_1 URBANO Número de plano de ordenamento territorial aprovado e implementado para redução de riscos de desastres	05 Planos de Pormenor	CMVB	Para a redução de riscos de desastres o Distrito de Boane tem um Plano Local de Adaptação funcional e Comitês Locais de Gestão de Desastres Naturais nos bairros, tendo o CMVB elaborado os Planos de Pormenores dos Bairros Filipe Samuel Magaia, Picoco Eduardo Mondlane (Matendene); e para o CMVMR os Planos de Pormenores de Djonasse e da associação Bematumbe.
11.b.2_NM_2 URBANO Número de licenças emitidas para coleta e reciclagem de lixo	12	CMVB	Emitidas 12 licenças para recolha de resíduos sólidos para diferentes bairros da Autarquia da Vila de Boane.

No âmbito da Meta 11.2, relacionada com a mobilidade urbana inclusiva, o distrito enfrenta constrangimentos significativos. Apesar da existência de uma frota rodoviária significativa (640 veículos), os indicadores mostram falta de transporte público adaptado, tanto em áreas urbanas como rurais, e a inexistência total de meios de transporte preparados para responder às necessidades de PcD, idosos e outros grupos vulneráveis. Esta situação compromete directamente o princípio da mobilidade urbana inclusiva, agravando a exclusão social de grupos vulneráveis, particularmente mulheres, pessoas idosas e pessoas com deficiência, e limitando o acesso a serviços básicos, educação, saúde e oportunidades económicas.

Relativamente à Meta 11.3 (urbanização inclusiva e sustentável), observa-se uma pressão crescente sobre o uso do solo urbano, associada ao rápido crescimento populacional. A taxa de utilização da terra na Vila Municipal de Boane aumentou de cerca de 55% em 2017 para aproximadamente 70% em 2025, acompanhando o crescimento da população urbana. Embora este dado evidencie dinamismo urbano, a ausência de dados consolidados sobre o rácio entre crescimento populacional e expansão urbana limita a avaliação da sustentabilidade desse processo, sugerindo riscos de expansão urbana extensiva, ocupações informais e dificuldades na provisão de infraestruturas e serviços urbanos adequados.

Outrossim, a ocupação crescente do território urbano, associada à escassez de espaços públicos e infraestruturas colectivas, aumenta os riscos ambientais, nomeadamente a exposição a cheias e processos de erosão, particularmente nas zonas associadas à bacia do rio Umbeluzi e no Baixo Umbeluzi, áreas ciclicamente afectadas por inundações.

No âmbito da Meta 11.4 (proteção do património cultural e natural), os indicadores apontam para uma fragilidade institucional e orçamental significativa. Não foram identificadas despesas específicas nem alocação orçamental local destinada à preservação do património cultural e natural, o que indica que esta dimensão do ODS 11 ainda não está integrada de forma estruturada nos instrumentos de planeamento e orçamento distrital e municipal, permanecendo dependente de iniciativas de nível central.

Em contraste, a análise da Meta 11.b (resiliência urbana e redução do risco de desastres) revela progressos relevantes. O Distrito de Boane dispõe de um Plano Local de Adaptação funcional, com Comitês Locais de Gestão de Desastres Naturais activos nos bairros, e apresenta uma cobertura de 100% de adopção de estratégias locais de redução do risco de desastres. A elaboração e aprovação de planos de pormenor urbanos e rurais — 12 em áreas rurais e 5 em áreas urbanas — demonstra um esforço concreto de ordenamento territorial orientado para a redução de riscos, especialmente em contextos de crescimento urbano acelerado e vulnerabilidade climática.

Adicionalmente, a emissão de licenças para recolha e reciclagem de resíduos sólidos (12 licenças) indica avanços institucionais na gestão urbana ambiental. Contudo, a gestão de resíduos sólidos permanece um dos principais pontos críticos do ODS 11 no distrito. A irregularidade na recolha, a ausência de pontos adequados em vários bairros e a prática recorrente de deposição e queima de resíduos a céu aberto agravam os riscos ambientais e sanitários, além de contribuírem para o entupimento de valas e sistemas de drenagem, intensificando os impactos das cheias.

As contribuições das consultas comunitárias reforçam esta leitura, destacando a necessidade de priorizar serviços essenciais nos bairros mais vulneráveis, expandir infraestruturas de drenagem e saneamento,

reduzir o custo e melhorar o acesso à água potável, bem como criar espaços públicos e equipamentos urbanos básicos, como sanitários públicos e passeios. Os GFD realizados com diferentes grupos vulneráveis confirmam que, apesar dos avanços institucionais no ordenamento territorial e na gestão do risco de desastres, o ODS 11 ainda não se traduz plenamente em melhorias concretas na vida quotidiana dos grupos vulneráveis em Boane. Persistem lacunas significativas na mobilidade inclusiva, na provisão de serviços urbanos básicos, na gestão ambiental e na participação comunitária.

Portanto, apesar dos avanços institucionais no planeamento territorial, na integração das metas da Agenda 2030 e no reforço da resiliência urbana e da gestão do risco de desastres, Boane enfrenta fragilidades estruturais significativas num contexto de rápida urbanização e crescimento populacional acelerado. A expansão urbana desordenada, a fraca aplicação dos instrumentos de ordenamento, a pressão crescente sobre o solo urbano, a insuficiente provisão de serviços básicos e a limitada mobilidade urbana inclusiva, sobretudo para PcD, idosos e mulheres, continuam a comprometer a inclusão e o acesso equitativo à cidade. Persistem ainda lacunas críticas na gestão de resíduos sólidos, na protecção do património cultural e natural, na criação de espaços públicos e na articulação entre planeamento urbano e investimento em infraestruturas, tornando prioritário reforçar a governação urbana integrada, o investimento em serviços essenciais, a mobilidade inclusiva e a participação comunitária, com enfoque nos bairros mais vulneráveis.

CAPÍTULO 5: CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A elaboração do presente relatório de RLV do território local de Boane, permitiu avaliar, de forma objectiva e abrangente, o grau de implementação e progresso dos ODS prioritários e identificar as principais forças e desafios que influenciam o seu progresso. Com o processo da RLV, foi possível aferir que o território local de Boane possui um elevado potencial estratégico para o desenvolvimento sustentável, ancorado na sua localização geográfica privilegiada, forte conectividade regional, diversidade da base produtiva e presença de infraestruturas económicas relevantes. Todavia, este potencial coexiste com vulnerabilidades estruturais persistentes, resultantes do rápido crescimento populacional, da expansão urbana desordenada, da elevada dependência da agricultura familiar de sequeiro e da crescente exposição a choques climáticos extremos, em particular cheias e inundações recorrentes no vale do rio Umbeluzi.

A análise sectorial dos ODS prioritizados (ODS 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 11) revela progressos institucionais relevantes, expressos na existência de planos, políticas, mecanismos de coordenação e intervenções concretas ao nível local, nomeadamente na protecção social, extensão agrícola, expansão da rede sanitária e escolar, promoção da igualdade de género, abastecimento de água e gestão do risco de desastres. Estes avanços demonstram um compromisso crescente do Governo Distrital e dos Governos Municipais com a territorialização da Agenda 2030 e com a melhoria gradual das condições de vida da população.

Contudo, os resultados evidenciam igualmente limitações estruturais transversais, que condicionam a concretização plena das metas dos ODS. Entre estas destacam-se a insuficiência de recursos financeiros e técnicos para a implementação de projectos estruturantes, a fraca integração entre planeamento territorial e provisão efectiva de serviços, a limitada cobertura e funcionalidade das infraestruturas, a persistência de desigualdades territoriais entre zonas urbanas e rurais e a fragilidade dos sistemas locais de dados para monitoria e tomada de decisão baseada em evidência.

Os impactos sucessivos das cheias de 2023 e 2025–2026 evidenciaram de forma clara a interligação entre pobreza, segurança alimentar, saúde, água, saneamento e urbanização, revelando que a vulnerabilidade climática continua a ser um dos principais factores de risco para o desenvolvimento sustentável em Boane. Apesar dos avanços na gestão do risco de desastres e na existência de planos de adaptação, a capacidade de recuperação socioeconómica dos agregados familiares pobres permanece limitada, sobretudo entre mulheres, jovens, idosos e pessoas com deficiência, comprometendo o princípio de “não deixar ninguém para trás”.

As consultas comunitárias e os Grupos Focais de Discussão reforçam esta leitura, ao evidenciarem que, para os grupos vulneráveis, os progressos institucionais nem sempre se traduzem em melhorias concretas e duradouras no acesso à terra segura, emprego, mobilidade inclusiva, serviços básicos de qualidade, água potável, saneamento adequado e oportunidades económicas. As percepções recolhidas confirmam a necessidade de reforçar a inclusão social, a equidade territorial e a participação comunitária como pilares centrais da implementação dos ODS ao nível local.

Neste contexto, a concretização efectiva da Agenda 2030 em Boane exige uma abordagem integrada, territorializada e resiliente, que articule protecção social adaptativa, planeamento urbano e rural sustentável, investimento em infraestruturas básicas, fortalecimento da agricultura familiar resiliente, promoção do emprego e empoderamento económico, bem como a incorporação sistemática das

dimensões de género, juventude e inclusão social. Torna-se igualmente fundamental reforçar a descentralização de recursos, a capacitação institucional dos governos locais, a melhoria dos sistemas de informação e monitoria dos ODS e o aprofundamento das parcerias com o sector privado, sociedade civil e parceiros de cooperação.

Em suma, o relatório demonstra que Boane se encontra num momento crítico de transição, no qual o aproveitamento do seu potencial económico e territorial dependerá da capacidade de transformar os avanços institucionais existentes em resultados concretos, equitativos e sustentáveis para toda a população, reforçando a resiliência face às mudanças climáticas e assegurando que o desenvolvimento local seja inclusivo, seguro e alinhado com os compromissos da Agenda 2030. Com base nestas constatações, são propostas as seguintes **recomendações estratégicas para acelerar a implementação dos ODS em Boane**:

- Reforçar a segurança alimentar local através do apoio à agricultura familiar resiliente, acesso a insumos, extensão rural, irrigação de pequena escala e ligação aos mercados locais;
- Melhorar a cobertura e qualidade dos serviços de saúde e educação, com enfoque nas zonas rurais e periurbanas e atenção específica às mulheres, jovens, idosos e pessoas com deficiência;
- Expandir programas de protecção social adaptativa, integrando respostas a choques climáticos, insegurança alimentar e perda de meios de subsistência dos agregados familiares vulneráveis;
- Priorizar investimentos públicos e parcerias em bairros e comunidades vulneráveis, assegurando acesso equitativo e expansão sustentável dos sistemas de abastecimento de água, saneamento básico, energia, saúde e educação;
- Integrar de forma transversal a igualdade de género e a inclusão social na planificação e execução das políticas locais, promovendo o empoderamento económico das mulheres e a prevenção da violência baseada no género;
- Acelerar a implementação e fiscalização dos planos de pormenor e outros instrumentos de ordenamento territorial, prevenindo ocupações em zonas de risco e melhorando a qualidade habitacional;
- Promover sistemas de mobilidade urbana seguros, acessíveis e inclusivos, assegurando infraestruturas e transporte público adaptados às pessoas com deficiência, mulheres, crianças e idosos;
- Intensificar acções de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, incluindo limpeza de valas, construção de drenagens, protecção da bacia do Umbeluzi e fortalecimento dos comités locais de gestão de desastres;
- Expandir e qualificar espaços públicos urbanos e periurbanos, incluindo passeios, sanitários públicos e áreas comunitárias seguras e acessíveis;
- Reforçar parcerias multiactor com sociedade civil, sector privado e parceiros de cooperação para mobilizar financiamento, inovação e assistência técnica para a implementação dos ODS;
- Reforçar a articulação efectiva entre os instrumentos de ordenamento territorial, planificação sectorial e investimento público, assegurando que a expansão urbana, a provisão de serviços e a redução de riscos climáticos sejam planificadas de forma integrada;
- Consolidar sistemas locais de recolha, análise e monitoria de dados dos ODS, com desagregação por sexo, idade, território e condição de vulnerabilidade, para apoiar decisões baseadas em evidência.

ANEXOS

- Matriz de dados sobre indicadores dos ODS